

FUNDAÇÃO DE ENSINO “EURÍPIDES SOARES DA ROCHA”
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA – “UNIVEM”
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**DENNY HIDEKI KOMATSI
EDMAR CARLOS LOURENÇO
LUIS GUSTAVO DA SILVA AUGUSTO**

***IMPAIRMENT TEST: A INFLUÊNCIA NO PROCESSO DECISÓRIO
GERENCIAL, SEUS REFLEXOS, E A CAPACITAÇÃO DO
PROFISSIONAL PERANTE AS CONSTANTES MODIFICAÇÕES NA
LEGISLAÇÃO E NORMAS CONTÁBEIS***

MARÍLIA
2016

DENNY HIDEKI KOMATSI
EDMAR CARLOS LOURENÇO
LUIS GUSTAVO DA SILVA AUGUSTO

IMPAIRMENT TEST: A INFLUÊNCIA NO PROCESSO DECISÓRIO GERENCIAL, SEUS REFLEXOS, E A CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL PERANTE AS CONSTANTES MODIFICAÇÕES NA LEGISLAÇÃO E NORMAS CONTÁBEIS

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora:
Prof.a. Ms. Marlene de Fátima Campos Souza

MARÍLIA
2016

Komatsi, Denny Hideki. Lourenço, Edmar Carlos. Augusto, Luis Gustavo da Silva.

Impairment Test: A influência no processo decisório gerencial, seus reflexos, e a capacitação do profissional perante as constantes modificações na legislação e normas contábeis / Denny Hideki Komatsi / Edmar Carlos Loureço / Luis Gustavo da Silva Augusto; Orientadora: Marlene de Fátima Campos Souza. Marília, SP: [s.n.], 2016. 84 f.

Trabalho de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, Marília, 2016.

Palavras chave: 1. *Impairment Test*. 2. Impacto Fiscal. 3. Qualificação do Profissional Contábil.

CDD: 657.026



FUNDAÇÃO DE ENSINO "EURÍPIDES SOARES DA ROCHA"
Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM

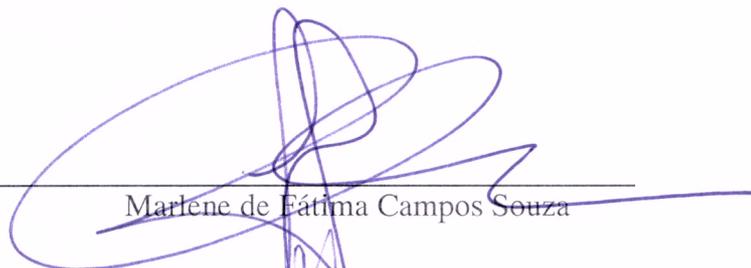
Curso de Ciências Contábeis.

Edmar Carlos Lourenço - 35577-1
Denny Hideki Komatsi - 52640-1
Luís Gustavo da Silva Augusto - 52913-3

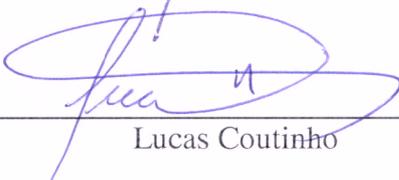
TÍTULO "Impairment Test: A Influência no Processo Decisório Gerencial, Seus Reflexos, e a Capacitação do Profissional Perante as Constantes Modificações na Legislação e Normas Contábeis."

Banca examinadora do Trabalho de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Ciências Contábeis da UNIVEM, F.E.E.S.R, para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Nota: 100

ORIENTADOR: 
Marlene de Fátima Campos Souza

1º EXAMINADOR: 
Silvana Festa Sabès

2º EXAMINADOR: 
Lucas Coutinho

Marília, 30 de novembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças e amparo nessa jornada, por estar ao meu lado sempre, pois sem Ele, nada seria possível.

*A toda minha família, a base de tudo, meu irmão **Daniel**, minha mãe **Hérica**, minha segunda mãe **Gal**, meus quase irmãos **Glória** e **Thiago**, que me deram total apoio nas horas mais difíceis, pois sei que durante os quatros anos que me dediquei aos estudos, pude contar com eles em todos os momentos, momentos de apoio, motivação e principalmente compreensão, ajudando a tornar um sonho meu que se tornou realidade, e hoje sei que tudo valeu a pena. Obrigado por tudo!!!*

*A minha namorada **Sabrina**, que esteve ao meu lado sempre!!! O meu muito obrigado pela paciência, carinho, incentivo, força e principalmente pela confiança, por acreditar em mim. Valeu a pena a distância, as noites ausentes, pois a dedicação aos estudos, vamos desfrutar de agora em diante.*

*Aos meus amigos de TC, **Edmar** e **Luis**, pela dedicação, pelas brincadeiras e principalmente pela responsabilidade compartilhada, muitos finais de semana deixando nossas famílias, nossos compromissos particulares para a realização deste sonho que tanto almejamos. Agradeço pela sincera amizade, que continuará sempre!!!*

*A orientadora Professora **Marlene de Fátima Campos Souza**, que nos instruiu de maneira ímpar, com dedicação, atenção e respeito, motivando e incentivando sempre. Obrigado pelos puxões de orelhas, pelo acompanhamento no decorrer de nossa jornada, pois sabemos que foram para o nosso bem.*

*Ao professor **Khristoferson Teixeira da Paz**, que além de contribuir com nossa formação no decorrer da graduação, foi de extrema importância para que nosso trabalho fosse desenvolvido. Obrigado de coração pela atenção, instrução, pelo empenho e dedicação para com nosso grupo. Saiba que pode contar conosco sempre!*

*Aos meus grandes amigos, meus irmãos **Luis Fernando** e **Juarez**, que estiveram sempre comigo, sou grato pelo incentivo que vocês me proporcionaram quanto à pesquisa científica, pelo lado profissional e pessoal, ao **Elder**, **Rute**, **Flávio** e **Júlio**, obrigado pelas brincadeiras, pelo companheirismo, sei que posso contar com vocês para tudo! #tmj*

*Não poderia deixar de agradecer ao meu pai **Luiz Fernando**, que mesmo longe, esteve perto de mim em todos os momentos, conversando por mensagem e ligações, ajudando a diminuir a saudade, e logo menos irei te visitar, meu pai!!!*

*A todos os professores, que foram os responsáveis pela nossa formação, pois eles são os responsáveis pelo nosso conhecimento adquirido. Aos meus amigos de sala, a galera do fundão, o grupo oba-oba, o time **Fúria Contábil**, meus amigos Guilherme, Ana Carolina, Mariana, Amanda, Carol, Michel, Dedé, todos em geral, que podemos considerar uma família, pelo tempo de convivência, pelos momentos de distração e pelo companheirismo, caminhando juntos nessa longa jornada.*

Meus objetivos não acabam por aqui, e sei que levarei vocês no coração, com aprendizados e valores que agreguei. Desejo sucesso a todos, que Deus nos proporcione tudo aquilo que buscamos. Obrigado!!!

Denny Hideki Komatsi

Primeiramente, agradeço a Deus por ter nos proporcionado esta graduação, que ainda é um instituto que poucos conseguem alcançar. A nossa orientadora, a Professora Marlene de Fátima Campos Souza, que soube extrair o melhor de nossas competências, colaborando com seu amplo conhecimento sobre áreas correlatas e também sobre o assunto exposto.

Aos professores, pelo esforço, empenho e dedicação aplicados ao longo desses anos, sempre lecionando de maneira ímpar. Agradeço aos novos e eternos amigos de TCC, Luis Gustavo e Denny Hideki, pessoas das quais tenho grande apreço e que com apoio, dedicação, responsabilidade e compreensão pudemos nos aliar para construir este conhecimento.

Um agradecimento especial ao Professor Khristoferson Teixeira da Paz, um grande parceiro que nos auxiliou em toda produção de nossa pesquisa, e que aceitou de bom grado nos auxiliar, dando base científica e contábil muito úteis para a formação do conhecimento contido nesse trabalho de curso.

Aos meus amigos de sala: Fábio, Michel, Maiara Moreno, Géssica, Diego e Daiane Marques pelo companheirismo nessa jornada, que tanto nos trouxeram motivos de risos e estudos. Acredito que as pessoas não se encontram na vida sem motivo e graças a Deus nos demos muito bem!

Ao meu pai Alcides (in memorian) que hoje não está mais presente para ver nossas conquistas, mas que certamente fez com destreza seu papel de pai! A minha mãe Maria Alice, que cuida de nós (família) com muito carinho e com seu jeito singelo de ser. A eles devo tudo que sou!

Aos irmãos, sobrinhos e cunhados que tanto me ajudou, sempre da melhor maneira que puderam. A minha namorada Juliana, que tendo sido paciente comigo e me ajudado nos momentos difíceis que surgiram ao longo de minha formação, e que agora podemos colher os frutos desse esforço.

Edmar Carlos Lourenço

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus pelas várias bênçãos que Ele tem provido em minha vida, tal qual uma delas é ter a oportunidade de estudar, me graduar, e além de tudo, conhecer inúmeras pessoas maravilhosas que puderam, cada uma em sua particularidade, contribuir um pouco com meu desenvolvimento e com o desenvolvimento deste trabalho. Além de esforço, é necessário muito apoio para a realização de um sonho, o sonho de ser um bom profissional, e isso só vem sendo possível pelo apoio de Deus, da minha família, dos meus amigos e professores; estes últimos, professores, extremamente essenciais para minha formação acadêmica e profissional, pois levarei comigo parte de cada um pelo resto de minha vida, guardados nos conhecimentos que obtive e nas amizades que fiz com todos.

A cada dia, a cada manhã ou noite, o 'boa noite' ou 'bom dia', ou mesmo 'boa aula' dos meus pais e do meu irmão foi fundamental para que eu me mantivesse focado, determinado, e animado para todos os novos desafios que eu iria encontrar.

Mãe, Maria Aparecida da Silva, a rainha do lar, que sempre me apoiou em meus estudos e em todo meu desenvolvimento; a você minha eterna gratidão. Não há a possibilidade de esquecimento de tudo que me foi dado e proporcionado, todo amor, todo incentivo, e, independente do que seja escrito, não há palavras que descrevam o amor e gratidão que possuo por esta mulher.

Pai, Horácio Moreira Augusto, o guerreiro do lar, travando incontáveis batalhas para que nossa família pudesse ter tudo de bom e de melhor. Agradeço pelo esforço em me incentivar e me auxiliar em tudo que precisei, sempre. A referência de dedicação para tudo veio de você, aliás, de todos de nossa família. Sinto que se fosse diferente, não seria possível atingir os objetivos que alcancei hoje, e nem mesmo os que ainda vou alcançar. Gostaria de agradecer ao meu pai por, especialmente, um momento que se repete em todos meus dias de estudo e desenvolvimento de pesquisas; obrigado pelos momentos em que desanimei, o senhor sempre dizer, 'Mas só assim você colherá frutos, meu filho, é só manter o ritmo, sem desistir'; estas palavras me reerguiam e me colocavam novamente em frente ao computador para reiniciar minhas pesquisas e estudo. Agradeço a ambos, meu pai e minha mãe, por toda educação e formação dada; vocês foram essenciais em todas as minhas conquistas, e principalmente no desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu irmão, Joao Vitor, meu grande parceiro em tudo, profissão, lazer, brincadeiras e discussões, sempre produtivas. Obrigado pelo grande apoio, e por sempre me mostrar o lado bom das coisas. Agradeço por estar sempre ao meu lado com sua experiência de vida, me mostrando as possibilidades e oportunidades que me foram proporcionadas, e por ser meus olhos para o futuro. Espero que, com tudo que passamos para nos desenvolvermos, colhamos frutos sempre juntos.

Agradeço imensamente ao meu grupo, e a todos os amigos que me apoiaram compartilhando conhecimentos e pontos de vista. Denny e Edmar, grandes parceiros que espero levar por toda a vida. Parabéns pela dedicação, disciplina e foco no desenvolvimento do nosso trabalho. Eu não poderia ter sido mais feliz na escolha do meu grupo se não fosse por ter vocês como meus parceiros de trabalho, e amigos para toda a vida! Vejo meu grupo com uma união que não vi em nenhum outro, e sempre usarei nosso método de trabalhar sempre em equipe para tudo que for fazer de hoje em diante; independente das dificuldades encontradas no nosso trabalho, buscamos sempre resolvê-las juntos.

À minha orientadora, Professora Marlene, agradeço imensamente pelo apoio dado no nosso trabalho, mas não só por essa fase, mas também pelo incentivo desde a escolha do curso superior, desde meu tempo de curso técnico. Uma ótima profissional, a qual me espelharei quanto a dedicação e amor ao estudo, esperando um dia, ter um décimo de seu conhecimento.

Agradeço também ao professor Khristoferson Teixeira, cujo apoio foi essencial para o desenvolvimento de todo o trabalho. Sou extremamente grato pelas orientações dadas, pelo conhecimento compartilhado, e por nos demonstrar que nosso tema é muito mais do que imaginávamos no início do trabalho. Não posso mensurar o quão útil e essencial os conhecimentos passados foram para nosso trabalho, e espero um dia poder retribuir o auxílio que nos foi dado pela simples vontade que este profissional teve de nos apoiar.

Por fim, agradeço a todos que passaram em minha vida nestes quatro anos de graduação e que deixaram um pouco de si em minha história, independente de quem seja, agradeço a todos, pois só me tornei quem sou hoje, pelo grande compartilhamento de ideias ocorrido em todo esse período.

Luis Gustavo da Silva Augusto

KOMATSI, Denny Hideki; LOURENÇO, Edmar Carlos; AUGUSTO, Luis Gustavo da Silva. ***Impairment Test: A influência no processo decisório gerencial, seus reflexos, e a capacitação do profissional perante as constantes modificações na legislação e normas contábeis.*** 2016. 84 f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2016.

RESUMO

Este trabalho objetiva principalmente contextualizar o *Impairment Test* e toda sua funcionalidade, abordando a temática de forma explicativa e prática, de modo que as informações possam direcionar os tomadores de decisão a demonstrar os valores justos dos ativos para o mercado e para seus *stakeholders*, ainda que os resultados da aplicação do teste não causem impacto fiscal para a empresa. Este método segue a harmonização contábil do cenário mundial que está convergindo para normas padronizadas de contabilidade, visando sempre à clareza e objetividade das informações prestadas a seus usuários internos e externos, necessitando de profissionais cada vez mais qualificados e preparados para interpretar e aplicar as novas normas internacionais. Assim, em caráter gerencial, os usuários deixam de obter informações reais sobre o valor de seus respectivos ativos em comparação com o valor registrado contabilmente. Portanto, o presente trabalho pretende demonstrar as vantagens da realização do *Impairment Test* na organização de modo que se obtenha uma base segura em caráter decisório e administrativo dos bens da empresa estudada, bem como um enfoque na qualificação do profissional contábil perante a esta norma ainda ausente na maioria das organizações. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é qualitativa, bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa poderá trazer importantes contribuições para o desenvolvimento da cientificidade e do tecnicismo em Ciências Contábeis, corroborando com o aperfeiçoamento do instrumental da área como contributo dentro das organizações.

Palavras-chave: *Impairment Test*. Impacto Fiscal. Qualificação do Profissional Contábil.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BP: Balanço Patrimonial

CDI: Certificado de Depósito Interbancário

CVM: Comissão de Valores Mobiliários

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CMPC: Custo Médio Ponderado de Capital

DFC: Demonstração de Fluxo de caixa

DLPA: Demonstração dos Lucros ou Prejuízos acumulados

DRE: Demonstração do Resultado do Exercício

DVA: Demonstração do Valor Adicionado

EVA: Valor Econômico Adicionado

EUA: Estados Unidos da América

FASB: *Financial Accounting Standards Board*

IAS: *International Accounting Standards*

IASB: *International Accounting Standards Board*

IASC: *International Accounting Standards Committee*

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IFRS: *International Financial Reporting Standards*

NBC: Normas Brasileiras de Contabilidade

ROA: *Return On Assets*

ROE: *Return On Equity*

ROI: *Return On Investment*

SA: Sociedade Anônima

TG: Técnica Geral

UGC: Unidade Geradora de Caixa

WACC: *Weighted Average Cost of Capital*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Qualificação do Profissional	37
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Análise da Inflação	68
Tabela 2: Análise temporal de resultado	68
Tabela 3: Análise temporal de resultado II.....	70
Tabela 4: Análise temporal de resultado III	70
Tabela 5: Projeção incremento caixa.....	72
Tabela 6: Projeção incremento caixa II.....	72
Tabela 7: Projeção de Fluxo de Caixa Descontado	74
Tabela 8: Demonstrativo de Perda por <i>Impairment</i>	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cenário de Longo Prazo.....	66
Figura 2: Cenário de Longo Prazo II.....	67
Figura 3: Cenário de Longo prazo III.....	67
Figura 4: Análise do Fluxo de Caixa.....	69
Figura 5: Balanço Patrimonial.....	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPITULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE NO BRASIL.....	24
1.2 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA LEGISLAÇÃO CONTÁBIL	29
1.3 ALTERAÇÕES DOS PADRÕES CONTÁBEIS PARA O IFRS	31
1.3.1 O surgimento da padronização internacional da contabilidade.....	31
1.3.2 Convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade.....	32
1.4 DÉFICIT DO PROFISSIONAL CONTÁBIL COM RELAÇÃO AO <i>IMPAIRMENT TEST</i>	35
CAPITULO II	39
2.1 – <i>IMPAIRMENT TEST</i> E SUAS NORMAS REGULAMENTADORAS.....	39
2.1.1 <i>Impairment</i> segundo as Normas Norte-Americanas – FASB.....	39
2.1.2 <i>Impairment</i> segundo o Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASB).....	41
2.1.3 CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos em convergência com a IAS 36.	42
2.1.4 NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.....	45
2.2 METODOLOGIA E TÉCNICAS DE APLICAÇÃO DO <i>IMPAIRMENT TEST</i>	46
2.2.1 Mensuração do Valor Recuperável e da Perda por Desvalorização	46
2.2.2 Unidade Geradora de Caixa.....	48
2.2.3 Método de Valor Líquido de Venda	49
2.2.4 Método de Valor em Uso.....	50
2.2.5 Custo Médio Ponderado de Capital	52
2.3 IMPACTOS DO <i>IMPAIRMENT TEST</i> NA GESTÃO FINANCEIRA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POSSÍVEIS REFLEXOS DO <i>IMPAIRMENT TEST</i>	54
2.3.1 Indicadores financeiros afetados pós-teste de recuperabilidade	55
2.3.2 Rentabilidade	56
2.3.3 Endividamento	58
2.3.4 Desempenho do Imobilizado	58
2.3.5 Teste de Recuperabilidade de ativos e indicadores financeiros.....	59
2.3.6 Método de escrituração dos resultados	60
2.3.7 Reflexos nos Demonstrativos Após Escrituração dos Resultados	61

CAPITULO III – ESTUDO DE CASO.....	63
3.1 ESTUDO DE CASO APLICADO E UNIDADE GERADORA DE CAIXA ESCOLHIDA.....	63
3.2 INDÍCIOS PARA REALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DO TESTE NESTA UCG	65
3.3 MÉTODO DE PROJEÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	65
ANÁLISES E DISCUSSÕES	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	77
ANEXO	81
Anexo I – Questionário aplicado	82

INTRODUÇÃO

A contabilidade no Brasil é uma ciência muito estudada e difundida, sendo utilizada por muitas pessoas e empresas em geral. É uma ferramenta primordial para a gestão das empresas e também para o controle da área fiscal e tributária do Governo, principalmente por oferecer a seus usuários informações sobre a situação econômica e fiscal em suas demonstrações, registrando sua situação patrimonial e suas mutações.

Em meados de 1930 a 1940, muitos pensadores e idealizadores lutavam para que a profissão fosse mais respeitada e valorizada por profissionais de outras áreas. O Instituto Brasileiro de Contabilidade foi criado com o objetivo de estudar os eventos ligados a Contabilidade e a profissão, visando o aperfeiçoamento técnico e sua forma de escrituração. Por não ter regulamentação própria, a Contabilidade nem sempre obteve o merecido respeito e sua devida valorização na sociedade. Teve como marco inicial, a criação do curso superior em Ciências Contábeis e Atuárias em 1945.

Um fato de importante relevância, em meados de 1950, foi votado o Código de Ética do Profissional Contábil, visando a regulamentação da profissão, promoção dos estudos técnicos e superior, e a obediência das normas legais e fiscais a serem cumpridas. A criação do Conselho Federal de Contabilidade trouxe novos rumos para o controle e fiscalização das ações dos profissionais da área, para que o trabalho seja feito com a maior ética e transparência.

Com seu desenvolvimento no decorrer do tempo, essas novas normas e pensamentos trouxeram muitos avanços para a contabilidade, evoluindo em vários aspectos técnicos, afetando principalmente o comportamento, a visão e importância do profissional contábil no mercado, trazendo benefícios à profissão e as empresas.

Para Iudícibus (1993, p.31):

Em termos de entendimento da evolução histórica da disciplina, é importante reconhecer que raramente o “estado da arte” se adianta muito em relação ao grau de desenvolvimento econômico, institucional, e social das sociedades analisadas, em cada época. O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações.

Nesta fase da economia brasileira, ainda por causa da recessão vivida com a crise 1929, o país passava por uma situação de altas taxas de juros e faltava regulamentação tanto para o setor empresarial quanto de investimentos financeiros.

Para modificar o cenário de estagnação e tornar a economia brasileira mais atrativa, o governo editou a lei de 6.404/76, sendo o primeiro marco legal importante que trouxe novos rumos para a Contabilidade no Brasil, pois as regras e exigências contábeis já não acompanhavam o crescimento profissional e nem das empresas. Esta lei veio com o intuito de substituir a lei 2627/40, que foi a primeira dar real valor às sociedades anônimas, tanto de capital aberto quanto fechado.

Essa alteração visou dar celeridade ao crescimento das empresas de sociedade anônima, tornando mais transparente suas relações com acionistas. Trouxe também a obrigatoriedade das empresas de sociedade anônima de divulgarem seu Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Lucros ou Prejuízos acumulados (DLPA), Demonstração de Fluxo de caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) este último quando se tratasse de empresa de companhia de capital aberto e exigia notas explicativas complementares. Esta lei ficou conhecida mais tarde como a “Lei das S/A”.

O texto da lei 6.404/76 trazia que os ativos imobilizados das empresas eram contabilizados com seus valores de entrada e depreciação, não levando em conta o valor que o bem perdia durante o tempo, nem como contabilizar as diferenças, caso o bem viesse a ser vendido, ou até mesmo, se o profissional contábil tivesse que atualizar seu real valor de mercado.

Com toda essa alteração de cenário, o profissional tornou-se mais relevante para o mercado, com a necessidade de realizar novos procedimentos, exigindo responsabilidade e habilidade profissional contábil cada vez mais específica. Nesse período, a classe contábil se sentiu ameaçada quanto à continuidade da profissão, porque as novas normas provocaram muitas alterações no cenário, que na época exigia muita compreensão e estudo por parte dos profissionais, para se adequarem aos novos procedimentos.

Para reformular e tornar a contabilidade brasileira mais competitiva, foram adotadas em 2007, as normas internacionais de contabilidade aplicadas pelas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), levando assim a contabilidade a um novo patamar de consolidação das leis e procedimentos aplicados em muitos países.

Para isso foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) pela Resolução CPC 1055/2005, que trouxe maior clareza sobre os procedimentos, estudo, normas e pronunciamentos contábeis, levando sempre em consideração a convergência das normas de contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

A edição do CPC 01, diz respeito ao valor recuperável dos ativos e exigem do profissional contábil uma maior atenção e cuidado com o cálculo do valor presente dos ativos geradores de caixa da empresa. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer procedimentos que a empresa deve aplicar e assegurar que seus ativos estejam corretamente registrados em sua contabilidade por um valor que não exceda seu valor de recuperação, no caso de uma respectiva venda.

Trouxe como um dos avanços a tratativa dos bens do Ativo Permanente Imobilizado, onde só podem ser registrados os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades, ou aqueles exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para as empresas os benefícios, riscos e controles desses bens. Regula também o caso em que a empresa possa ter uma possível perda no valor de seu ativo e seu respectivo ajuste na contabilidade.

A lei 11.638/2007 foi editada e alterou parcialmente a lei 6.404/76, sendo um divisor de águas, porque seu objetivo era alinhar contabilidade brasileira às normas internacionais, apresentando mudanças nas estruturas das demonstrações contábeis, bem como o critério de avaliação de ativos e passivos.

A alteração mais significativa foi com relação ao Ativo, pois este era dividido somente em dois grupos e não mais em três como eram anteriormente. A lei 11.941/2009 corrigiu algumas falhas, e posteriormente a lei 11.638/2007 pôde ser concluída.

Por não encontrarem sanção legal e pela falta de profissional qualificado, poucas empresas se submetem ao teste de recuperabilidade de ativos, também conhecido como Teste de *Impairment* e *Impairment Test*, e, com isso, as empresas deixam de ter informações reais sobre o valor de seus respectivos ativos em comparação com o valor registrado contabilmente.

Atualmente, o cenário mundial está convergindo para normas padronizadas de contabilidade, visando sempre a clareza e objetividade das informações prestadas a seus usuários internos e externos, necessitando de profissionais cada vez mais qualificados e preparados para interpretar e aplicar as novas normas internacionais, juntamente com as constantes mudanças no cenário contábil.

PROBLEMA

Na sociedade atual, o processo de atualização do profissional contábil vem sendo um dos vários desafios da profissão. Além de atuar na gestão da empresa, os profissionais contábeis precisam se adequar periodicamente às novas leis, normas e métodos que surgem no país e no mundo.

Dentre as novas técnicas de controle e mensuração que surgem no ramo contábil, temos o *Impairment Test*, que, assim como toda técnica, necessita ser tratada com clareza e objetividade a fim de esclarecer suas funções, sua aplicabilidade e sua importância no processo de gestão das empresas. Sendo assim, desenvolveu-se a seguinte questão problema a ser respondida pelo presente trabalho:

- De que modo o *Impairment Test* auxilia no processo gerencial e decisório das empresas, e quais são as variáveis que impedem a qualificação do profissional contábil?

OBJETIVO GERAL

Contextualizar o *Impairment Test* e toda sua funcionalidade, abordando a temática de forma explicativa e prática, de modo que as informações possam direcionar os tomadores de decisão a demonstrar os valores justos dos ativos para o mercado e para seus *stakeholders*.

Demonstrar os reflexos no processo decisório de cada tipo de gestão, considerando o *Impairment Test*.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Explanar conceitos básicos de contabilidade e de ativo imobilizado visando estruturar a valorização;
- Esclarecer o conceito de Unidade Geradora de Caixa (UGC);
- Demonstrar a aplicação do *Impairment Test* e demonstrar seus resultados e reflexos;
- Apontar as possíveis alterações nos valores dos ativos (ganho ou perda), e como deve ser tratada cada situação;
- Comparar a gestão de ativos com e sem *Impairment Test*;

METODOLOGIA

O presente trabalho de conclusão de curso utilizará o tipo de Pesquisa Básica e estudo de caso cujo objetivo é gerar novos conhecimentos, ou até mesmo complementar técnicas já existentes que possam ser utilizadas na sociedade. Nada mais é do que o acúmulo de informações que possam resultar em um conhecimento relevante; sendo este o objetivo da pesquisa: demonstrar a aplicabilidade do *Impairment Test*, suas alterações nos registros contábeis, a fim de demonstrar a importância desta ferramenta na gestão estratégica das empresas.

Para Simon Schwartzman (1979, p. 66): “Pesquisa Básica é aquela em que se acumulam informações e conhecimentos que podem eventualmente levar a resultados acadêmicos ou aplicados importantes, mas sem fazê-lo diretamente”.

Para o desenvolvimento da proposta, o método utilizado será o Método Dedutivo. Este método consiste em uma análise geral de um fenômeno observável, a fim de se obter explicações sobre o tema, e conseqüentemente, aplicá-la em situações particulares.

Basicamente, é a análise do todo, para aplicação dos resultados em situações isoladas. Sabendo disso, com o método citado, pretende-se desenvolver o *Impairment Test* em ambiente teórico, de maneira experimental, e demonstrar as possíveis alterações que o teste pode trazer para as organizações em seus demonstrativos e principalmente na tomada de decisão, gerando um conhecimento prévio sobre o assunto e comprovando sua utilidade nas organizações em que o realizarem corretamente.

Segundo Gil, (2008, p. 9), o método dedutivo: “Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”. Assim sendo, é certo dizer que a partir de uma análise prática da lógica do teste, toda sua aplicabilidade, independentemente de onde seja realizada, é válida para a correta apuração das informações dos registros contábeis.

O Método do Estudo de Caso enquadra-se como uma abordagem qualitativa e é frequentemente utilizado para coleta de dados na área de estudos organizacionais. Conforme Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados.

A pesquisa utilizará as técnicas de coleta de dados bibliográfica. Serão de grande valia a doutrina, as teorias, os artigos científicos, bem como as teses, dissertações e monografias. Na técnica de coleta de dados via internet buscar-se-ão informações em periódicos científicos e

demais temas como notícias de jornais de grande circulação, para exemplificar o exposto no âmbito teórico-doutrinário.

O estudo de caso será desenvolvido em uma unidade pertencente a um grupo sucroalcooleiro do interior do estado de São Paulo, o qual não será divulgado o nome da empresa com a finalidade de preservar sua identidade.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O respectivo trabalho de conclusão de curso está estruturado da seguinte forma:

1. Introdução, onde serão expostos os seguintes elementos: o tema, o problema de pesquisa, a hipótese, os objetivos, a justificativa e a metodologia do trabalho.
2. No primeiro capítulo será relatado sobre a evolução contábil, seus períodos transitórios, as principais alterações ocorridas na legislação contábil, as alterações dos padrões contábeis para adaptação ao IFRS e explanação teórica sobre o Teste de *Impairment*.
3. Já o segundo capítulo será dedicado somente para o Teste de *Impairment*: seus conceitos, sua aplicação, suas vantagens e o motivo para utilização deste teste para fins de uma administração mais aprofundada acerca de resultados mais precisos no auxílio do processo decisório.
4. No terceiro capítulo, serão demonstrados os resultados de um estudo de caso de uma unidade pertencente a um grande grupo sucroalcooleiro do interior do estado de São Paulo, evidenciando os fatos relevantes e notórios como consequência da aplicação do teste.
5. Por fim, têm-se as análises e discussões, considerações finais e as referências.

CAPITULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será tratado sobre a evolução histórica da contabilidade no Brasil, suas principais alterações, bem como as alterações legislativas dessa evolução e as adequações necessárias para o profissional e para a ciência, a respeito das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) com enfoque no *Impairment Test*.

1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE NO BRASIL

Historicamente, no Brasil, adequando-se às definições da lei 6.404/76, a contabilidade gerencial adotou o método de reavaliação de ativos para a correção de valores dos registros de seus bens em seus demonstrativos.

Pela antiga lei, os ativos poderiam ser reavaliados caso surgisse a hipótese de que os valores para ele atribuídos, estivessem incorretos ou defasados com relação ao seu valor de venda, o que poderia levar ao entendimento de que a contabilidade dos bens de uma organização estava incorreta, acarretando em um registro patrimonial possivelmente incorreto. Regulamentado pelo IAS 16, o método passou a ser útil nos casos em que o valor do custo dos ativos não refletisse seu real valor, seja por reposição ou por venda, ou troca dos patrimônios.

O método de reavaliação de ativos tinha o intuito de apresentar nos registros patrimoniais valores mais próximos da realidade. Apesar de o objetivo ser semelhante ao do teste de *Impairment*, o mau uso do método de reavaliação fez com que as informações geradas a partir dele fossem questionadas. A reavaliação de ativos consistia na realização da avaliação do bem por três peritos ou por uma empresa especializada, a partir de um laudo, que continha todos os critérios utilizados na avaliação, bem como toda documentação do processo.

Para Martins (1992, p. 110): “a reavaliação, em contabilidade, consiste em atribuir um novo valor a um ativo, valor esse que passará a ser o registro contábil do bem avaliado”, portanto, seguindo o objetivo da reavaliação, após todo o processo, eram registrados os novos valores dos ativos de acordo com o laudo.

Um laudo feito, a fim de aumentar o valor de um bem poderia, no balanço, demonstrar um valor maior do que seu valor efetivo, porém, por ter sido avaliado e comprovado por um profissional aparentemente habilitado para isso, era considerado como ‘correto’ no mercado. Isso fazia com que muitas empresas utilizassem deste processo para fraudar, ou mesmo reestruturar os valores de seu balanço, apresentando bens em valores que superavam o valor

real de mercado. Esta prática fez com que a reavaliação de ativos fosse questionada, e muitas vezes entendida como um motivo de desconfiança, sobre a informação gerada pelo procedimento.

Por consequência da realização incorreta do processo de reavaliação de ativos, o profissional contábil se encontrou cada vez mais distante de sua principal característica: gerar informações válidas e úteis aos usuários. A contabilidade acabava prejudicada nos casos de reavaliação em que as empresas buscavam somente mascarar o real valor de seus bens; e isso impedia a evidência adequada dos itens que compõe o patrimônio da empresa.

Com a globalização da economia e expansão das relações internacionais, as informações contábeis se tornaram um insumo essencial para a gestão empresarial e sobrevivência das organizações; e devido à forte competitividade do mercado, decisões precisavam ser estruturadas em informações cada vez mais precisas. Como a reavaliação de ativos era questionável, e para atender às novas normas da contabilidade, adequação do IFRS e CPC 01, foi então criado o Teste de *Impairment* (teste de recuperabilidade dos ativos).

Com a função de estabelecer a devida estrutura para a gestão, a contabilidade passou a ter participação essencial na adequação e na transação cultural entre Reavaliação de ativos e Teste de *Impairment*, trazendo a cada fase evolutiva, maior valor para o profissional da área.

Com o novo método para correção de valores patrimoniais, a mensuração do valor econômico dos ativos foi apurada e reestruturada. De um processo de reavaliação de ativos realizado por meio de laudo realizado por um profissional específico para um teste de recuperabilidade, o registro da correção dos valores do ativo deixou de ser uma falha na gestão e passou a ser mais uma ferramenta administrativa para controle dos valores apresentados do balanço, possibilitando o registro do *fair value* (valor justo) dos ativos de uma empresa.

O teste de *Impairment* além de uma ferramenta de gestão, é uma adequação às normas internacionais trazidas pelos CPCs. A contabilidade contemporânea no Brasil, tem passado por várias mudanças, sendo o de teste *Impairment* uma delas. Sua obrigatoriedade foi trazida pela lei 11.638/07, que extinguiu o método de reavaliação de ativos e obrigou a realização periódica do teste em entidades de grande porte, além de proporcionar maior validade na área contábil no quesito dos registros patrimoniais. Apesar de ser obrigatório por lei, o Teste de *Impairment* no Brasil não foi fortemente desenvolvido, e devido a isso, sua prática não é tão comum no ramo contábil.

Para a gestão empresarial, a realização do Teste de *Impairment* traz maior credibilidade ao balanço e aos valores dos ativos e, conforme Carvalho, Lemes E Costa, (2006,

p.20): “um ativo não deve estar evidenciado nas demonstrações contábeis por um valor maior do que o valor recuperável, seja, pelo uso ou pela sua venda ou baixa”.

O teste de *Impairment* deverá ser realizado, assim como o método de reavaliação de ativos, toda vez que for detectada a defasagem do valor dos ativos registrados no balanço, frente ao valor de mercado do bem, assim, além de acompanhar os valores do mercado, os registros contábeis dos bens podem ser geridos com maior eficácia, além de possibilitar uma análise mais técnica a respeito de seu uso, consumo, custo-benefício e substituição.

A gestão dos valores do ativo é de suma importância para a contabilidade, pois reflete parte do objeto de estudo das ciências contábeis, o patrimônio, além de ser essencial para a gestão das próprias receitas e despesas da empresa, devido à correlação com os ativos, como cita Iudícibus (2000, p.129):

É tão importante o estudo do ativo que poderíamos dizer que é o capítulo fundamental da Contabilidade, porque a sua definição e avaliação está ligada a multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas.

O teste de recuperabilidade de ativos, consiste no acompanhamento da perda de valor dos bens por deterioração, pelo uso ou por defasagem com o valor de mercado, visando atribuir o valor justo aos registros, de modo que, em caso de liquidação, o valor obtido não possua variação considerável comparado com o valor registrado no balanço. Esse controle permite a empresa melhorar a atuação sobre seus ativos que, em alguns casos, são suas principais fontes geradoras de caixa, além de possibilitar agilidade na tomada de decisão, com a implantação do *fair value* aos registros patrimoniais.

Além de ferramenta auxiliadora dos controles patrimoniais, o *Impairment* possibilita a uma empresa, cuja gestão patrimonial seja detalhada, a identificação das unidades geradoras de caixa, uma vez que, em alguns casos, o teste deva ser realizado sobre unidades geradoras de caixa, e não sobre um único ativo. Nestes casos, o teste requer a identificação de grupos de ativos que em conjunto, sejam responsáveis pela operação da empresa e que necessitem de uma reavaliação, trazendo um novo controle sobre fluxo de caixa e sobre os ganhos líquidos da unidade.

Para que o procedimento do teste de *Impairment* seja efetivo, é necessário o desenvolvimento do estudo prático e teórico, com o objetivo de sanar possíveis dúvidas sobre o assunto, e viabilizar a prática do método no dia-a-dia do profissional da contabilidade, além

de adequar a contabilidade Brasileira às novas requisições trazidas pelo IFRS e pelas normas vigentes.

A contabilidade vem se destacando com suas precisas informações geradas no contexto empresarial, e com a lei 11.638/07, o *Impairment* possibilitou a formulação de adequação dos valores do seu ativo e seu valor real.

O CPC, que rege as normas e regulamento no Brasil, formaliza no CPC – 01 o *Impairment* como sendo uma ferramenta de uso, para que as entidades possam utilizá-la, mantendo em sua contabilidade o valor do seu ativo, de forma que não ultrapasse seu valor recuperável no tempo por uso nas operações da entidade ou seu valor de mercado em uma eventual venda.

O pronunciamento é aplicado a todos os ativos ou conjunto de ativos relevantes relacionados às atividades industriais, comerciais, agropecuárias, minerais, financeiras, de serviços e outras. Não são aplicados em ativos fiscais diferidos, ativos relacionados com instrumentos financeiros e contratos de construção nas empresas construtoras.

Atualmente, as entidades devem avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há algum vestígio ou indicação de que seus ativos perderam representatividade econômica, considerada relevante. Se houver indicação, a entidade deve efetuar avaliação e reconhecer, contabilmente, a eventual desvalorização dos ativos.

Dentre as indicações, ressaltam-se algumas a serem consideradas conforme pronunciamento técnico CPC 01 (2010, p.*web*):

Fontes externas observadas durante o período ou por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis

- (a) O valor de mercado do ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- (b) Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- (c) As taxas de juros de mercado, ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram, e esses acréscimos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo em uso e diminuirão significativamente o seu valor recuperável; e
- (d) O valor contábil do patrimônio líquido da entidade se tornou maior do que o valor de suas ações no mercado.

Fontes internas

- (e) Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico;
- (f) Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças, entre outras, incluem: o ativo que se torna inativo, o ativo que a administração planeja descontinuar, reestruturar ou baixar antecipadamente; ou, ainda, o ativo que passa a ter vida útil definida ao invés de indefinida; e

(g) Levantamentos ou relatórios internos que evidenciem, por exemplo, a existência de dispêndios extraordinários de construção, capitalização excessiva de encargos financeiros, etc. e indiquem que o desempenho econômico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

A determinação do valor recuperável é definida como o maior valor entre o preço líquido de venda do ativo e seu valor em uso. Caso um desses valores exceda o valor contábil, não há perda por *Impairment*, ou seja, nenhum registro deverá ser feito. Se um desses valores exceda o valor contábil, há perda por *Impairment*, sendo assim, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável.

Segundo a IAS 36 (*Internacional Accounting Standards*, p. web):

Redução no Valor Recuperável de Ativos tem por objetivo prescrever os procedimentos que uma entidade deve aplicar para garantir que seus ativos não sejam reconhecidos acima de seus valores recuperáveis. Um ativo é reconhecido acima de seu valor recuperável se o seu valor contábil exceder o valor a ser recuperado por meio do uso ou da venda do ativo.

Neste caso, o ativo é descrito como apresentando problemas de recuperação e a norma exige que a entidade reconheça uma perda por redução no valor recuperável. A norma também especifica quando uma entidade deve reverter uma perda por redução no valor recuperável e prescreve divulgações.

Apesar da obrigatoriedade, a discussão sobre o assunto ainda não é expressiva do mercado como um todo, e isso se deve ao fato de que a realização do teste não influencia fiscalmente o lucro ou a tributação da empresa, porém, para melhorar os registros dos ativos e trazer maior credibilidade à informação gerada o teste é essencial.

Anteriormente, quando ainda era aceitável para a contabilidade, o processo de reavaliação dos ativos, o papel do profissional contábil era simplesmente de registrar o valor apurado por meio de laudo por um profissional específico, e posteriormente, depreciá-lo de acordo com o método estabelecido pela sua organização.

Atualmente, com o Teste de *Impairment*, o profissional contábil fica responsável por toda análise do fluxo de caixa gerado pelo bem, análise do valor registrado e do valor de mercado e também pela análise de custo de capital para que todo o registro seja estruturado em análises específicas e matemáticas, evitando assim, qualquer possibilidade de equívoco no momento do registro do valor obtido, na contabilidade.

Na literatura contábil existente muito ainda se discute sobre a valorização dos ativos pelo Teste de *Impairment*. De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 488), “mensurar

é atribuir uma quantidade numérica a uma característica ou atributo de algum objeto como um ativo, ou de uma atividade, como a de produção”, e além de atribuir uma quantidade numérica a um objeto, o Teste de *Impairment* permite que tal quantidade numérica citada, seja a mais próxima do real possível.

Atualmente, apesar de muitas empresas ainda contabilizarem os seus bens pelo valor de aquisição, e os depreciarem de acordo com a lei, existem uma série de fatores internos e externos, que devem ser levados em consideração, para que se possa registrar e atualizar corretamente o valor dos ativos de uma organização. A variação referente a estes fatores fica clara quando há a necessidade de venda de um ativo.

Quando há a necessidade de negociação, o valor que entra em conta é o valor real do ativo, de acordo com sua utilidade e ganho provido de seu uso. Devido a fatores internos e externos, a valorização de um bem pode sofrer alterações consideráveis, levando a uma defasagem no seu valor contábil. Assim sendo, o valor registrado na contabilidade dificilmente será igual ao valor negociado em uma venda ou troca.

O estudo do Teste de *Impairment*, ou teste de recuperabilidade de ativos visa esclarecer as dúvidas acerca do assunto e possivelmente, melhorar a gestão dos ativos em uma empresa a partir de sua correta utilização.

1.2 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA LEGISLAÇÃO CONTÁBIL

As principais mudanças no ramo contábil no Brasil ocorreram pelo fato de que novas leis, normas e regimentos foram editados ao longo dos anos, alterando a forma e o conteúdo das demonstrações contábeis. Fator importante, nesse caso, foi como o profissional contábil teve que se adaptar para desempenhar suas funções e também a geração de informações para os usuários da contabilidade.

Tal alteração nos registros foi devida a edição da lei 6404/76, que trouxe muitas alterações, inclusive na apuração do valor e registro dos ativos das empresas, inclusive os do imobilizado, pois a contabilidade dos ativos ainda não refletia a necessidade dos usuários sobre o fato de qual era o valor exato de seus ativos, pois os registros ainda não traziam essa possibilidade.

Com relação aos ativos, as mudanças foram significativas e propiciaram, mais tarde, avanços importantes para a avaliação do ativo das empresas, caso que será objeto de estudo desse trabalho.

A lei 6404/76, conhecida como a lei das S.A.'s, determina que ao final de cada exercício as empresas devem elaborar as seguintes demonstrações:

- 1) Balanço Patrimonial;
- 2) Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados;
- 3) Demonstração do Resultado do Exercício;
- 4) Demonstração de Fluxo de Caixa;
- 5) Demonstração do Valor Adicionado (quando se tratar de companhia de capital aberto).

Segundo Iudícibus (2010, p. 55):

O Balanço Patrimonial é uma das mais importantes demonstrações contábeis, por meio do qual podemos apurar a situação patrimonial e financeira de uma entidade em determinado momento, dentro de certas regras. Nessa demonstração, estão claramente evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade.

As empresas deveriam apresentar suas demonstrações contábeis, de acordo com sua escrituração, o que, desta forma revolucionou a contabilidade e suas demonstrações, porque trouxe avanços importantes como a criação de grupo de contas, metodologia de classificação das contas, alterações de como mensurar e avaliar os ativos imobilizados e intangíveis. Poderia ser feita a reavaliação dos ativos observando os critérios e limites para a depreciação, amortização e exaustão.

Trazia em seu Art. 178, o modo como as empresas e os contadores deveria elaborar o Balanço Patrimonial, a ordem decrescente da classificação das contas, levando em consideração o grau de liquidez, seguindo a norma abaixo:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- a) ativo circulante;
- b) ativo realizável a longo prazo;
- c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

Em seu Art. 183, § I, alíneas “a” e “b”, transcrevem a possibilidade das empresas realizarem reavaliações de seu ativo imobilizado, demonstrando de forma correta em seu

Balço Patrimonial. Com isso os ativos imobilizados tangíveis passaram a ser objeto de reavaliação das empresas. O texto traz a seguinte redação:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

- a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e
- b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito.

A legislação brasileira permitia somente a correção monetária no Balço Patrimonial e devido à revogação pela Lei 9249/95, criou-se outra forma de evitar a desvalorização do valor dos ativos das empresas, com o objetivo de que o valor do ativo fosse o mais próximo do custo de reposição. Ambas as alíneas foram alteradas posteriormente pelas leis nº 11.638/07 e nº11.941/09.

Até então, as empresas e profissionais contábeis não dispunham de ferramentas para avaliar os ativos das empresas, de modo a emitir em suas declarações os reais valores. Desta forma, abriu-se um novo horizonte para a contabilidade com relação ao reconhecimento dos ativos das empresas, trazendo em suas demonstrações os reflexos legais do novo entendimento.

1.3 ALTERAÇÕES DOS PADRÕES CONTÁBEIS PARA O IFRS

1.3.1 O surgimento da padronização internacional da contabilidade

Com o processo e globalização econômica emergente, a contabilidade precisou de novas adaptações em suas técnicas e demonstrativos. As grandes organizações multinacionais provocaram em todo mercado algumas alterações para que, em diferentes partes do mundo, a linguagem utilizada pela gestão fosse a mesma. Com isso, a contabilidade passou a se reestruturar em uma nova fase de seu desenvolvimento, cuja qual vivemos até hoje; a adaptação às normas internacionais de contabilidade.

As discussões sobre a padronização internacional dos procedimentos contábeis iniciaram de forma intensa, por volta de 1990. Com as crises que ocorreram em alguns países como Japão e Rússia, as grandes organizações e instituições investidoras começaram a enxergar a gestão unificada como uma possível ferramenta para o auxílio da gestão contábil principalmente nos focos de crise. Com diversos tipos de técnicas e demonstrações contábeis

existentes ao redor do mundo, ficava difícil para as empresas e para os investidores identificarem falhas e oportunidades em seus negócios.

Com a constante necessidade de informações confiáveis e claras, a contabilidade sofreu algumas mudanças e adequações. Para que os demonstrativos fossem padronizados, foram criadas normas internacionais, que tem como objetivo padronizar a exposição de informação gerencial contábil; como o IFRS, em inglês, *International Financial Reporting Standards*, que traduzido para o português é tido como as Normas Internacionais de Reporte Financeiro.

Pohlman (1995, p.13), afirma a respeito das padronizações contábeis que:

A harmonização das normas contábeis é um processo necessário e natural, já que é fato notório e incontestável a recente internacionalização e globalização dos negócios, trazendo como provável consequência o requerimento maciço de informações de natureza contábil, com um conteúdo claro e bem compreendido por todos os usuários.

As técnicas contábeis existentes em todo o mundo são, em sua maioria, incompatíveis. Diferentes modos de estruturação da informação contábil fizeram com que normas como o IFRS surgissem. Estas normas visam, em cada novo pronunciamento emitido, promover a padronização mundial das técnicas e demonstrativos contábeis, além de auxiliar o cumprimento das novas regras estabelecidas.

De acordo com Carvalho, Lemes e Costa (2006), as normas do IFRS ganharam importância substancial com a sua obrigatoriedade nas empresas listadas em bolsas da União Europeia a partir de 2005; reforçando a importância da padronização contábil em todo o mundo, podendo assim, incentivar o crescimento econômico de várias organizações por meio de investimentos e atuações estratégicas.

A contabilidade, com sua função primordial de prestar informações claras e objetivas aos seus usuários, perde sua efetividade quando utilizada de maneira global. Por isso, a adaptação mundial pode ser considerada de extrema importância para manter a essência da ciência contábil, independente da região em que se é discutida.

1.3.2 Convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade

No Brasil, a convergência às normas internacionais de contabilidade vem sofrendo certa resistência. Isso se deve a intensa cultura fiscal do país. Devido às inúmeras obrigatoriedades tributárias, a contabilidade brasileira possui pontos específicos que precisam

se adaptar ao IFRS, mas que não podem ir contra à legislação tributária vigente. Esta adaptação pode ser considerada como a mais trabalhosa a ser realizada, tal qual representa a maior resistência do país a adequação das normas internacionais.

Algumas empresas que estão instaladas no Brasil, mas são controladas por grupos Europeus, estão buscando de forma intensa a padronização de seus demonstrativos. Estas empresas, além de atenderem às obrigações brasileiras, estão adequando seus demonstrativos para atenderem também as normas internacionais já adotadas pelos grupos da Europa. Isso demonstra que, apesar da adaptação atual da contabilidade brasileira, a harmonização com os padrões internacionais ainda não atende integralmente as normas estabelecidas.

O processo de adaptação da contabilidade no Brasil, iniciou com a edição do CPC nº 1.255/09 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 19.41. Essa convergência trouxe alterações nas normas e princípios da contabilidade, através de normas emitidas pela IFRS, com o objetivo de dar maior transparência e relevância às informações contábeis.

Dessa forma, abriu-se um novo horizonte para a contabilidade com relação ao reconhecimento dos ativos das empresas, trazendo em suas demonstrações os reflexos legais do novo entendimento.

A lei 11.638/07 trouxe para o meio contábil a convergência e a harmonização das Normas Brasileiras de Contabilidade com as praticadas na grande maioria dos países, afim de que seus relatórios e demonstrações possam ser padronizados e interpretados por outras organizações no mundo.

A referida lei traz a seguinte redação sobre os critérios de avaliação de ativos nos registros contábeis:

Art 183, § 1º:

d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado de ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro;

1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares;

2) o valor líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou

3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros.

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor de capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor, ou;

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para a determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Esta lei alterou muitos artigos da Lei 6.404/76, inclusive a reavaliação dos ativos e trouxe o ajuste a valor presente como forma de avaliação dos valores dos ativos das empresas. Para tal fim, houve um grande esforço praticado pela classe contábil, pelo Conselho Federal de Contabilidade e a Comissão de Valores Mobiliários, através do CPC para que essas normas fossem implantadas.

Segundo Santos, Fernandes e Schmidt (2007), um dos mais relevantes desafios decorre do fato de que as organizações captam recursos em todo o mundo, buscando angariar recursos onde esses sejam menos onerosos e investem nos países nos quais existam melhores oportunidades. Para a identificação de oportunidades, ou mesmo aferição dos rendimentos gerados por investimentos, é necessária uma grande padronização, uma vez que diferentes culturas de diferentes países estão envolvidas em todo o processo.

Uma das alterações promovidas pela lei 11.638/07, juntamente com os pronunciamentos do CPC seguintes, foi com relação ao ativo imobilizado das empresas, possibilitando assim, que os ativos de uma organização sejam registrados a um valor justo ou ao seu valor recuperável, técnica qual é mais conhecida como *Impairment*.

Impairment é o instrumento utilizado para adequar o ativo a sua real capacidade de retorno econômico. O *Impairment* é aplicado em ativos fixos (ativo imobilizado), ativos de vida útil indefinida (*goodwill*), ativos disponíveis para venda, investimentos em operações descontinuadas (SILVA ET AL., 2006)

O CPC 01, editado em 2010, promulgou as normas e tem como objetivo estabelecer os procedimentos para assegurar que os ativos das empresas não estejam contabilizados com valor maiores de que sua recuperação. Procedimentos como o reconhecimento e mensuração, visando o ativo como unidade geradora de fluxo de caixa, proporcionam a contabilização do valor justo dos ativos das empresas.

Segundo o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, o valor justo (*fair value*) é o valor pelo qual um ativo é negociado, ou um passivo liquidado, entre parte interessadas, conhecedoras do negócio e independente entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

O CPC 12 disserta sobre os reflexos da aplicação das diretrizes gerais do Ajuste a Valor Presente, sua relevância e confiabilidade, custos e benefícios, efeitos fiscais, classificação e divulgação nas demonstrações contábeis. Além do CPC 12, temos ainda os CPCs 26 e 27.

O CPC 26 traz as normas sobre as demonstrações contábeis e o método de estruturação para cumprimento das normas internacionais estabelecidas, bem como o método de contabilização dos ajustes, tal qual é o teste de *Impairment*, conforme descrito no item 7 do CPC 26, p. *web*:

[...] outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

(a) Variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente (ver Pronunciamentos Técnicos CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 04 – Ativo Intangível);

O CPC 26 determina regras gerais para a realização das demonstrações. No que tange ao ativo imobilizado e o teste de *Impairment*, é citado no CPC 27. O pronunciamento contábil 27 traz em sua constituição, toda norma relacionada ao registro dos ativos, e cita a reavaliação de ativos como uma prática contábil necessária para demonstração do valor justo dos bens, quando prevista em lei, e que deve ser realizada periodicamente para ajuste dos ativos. Este CPC foi apoiado pela lei 11.941/09, que previa a realização do teste além das disposições legais sobre o cálculo da despesa, e que esta não teria reflexo fiscal sobre o cálculo do lucro real.

Atualmente, somente as empresas de grande porte têm a possibilidade de aplicar esse teste, visto que tem alto custo, complexidade e a dificuldade de se encontrar profissionais técnicos qualificados para aplicar o teste.

1.4 DÉFICIT DO PROFISSIONAL CONTÁBIL COM RELAÇÃO AO *IMPAIRMENT TEST*

Além de indispensável, a contabilidade tem se tornado mais presente e fundamental no cotidiano das empresas. Se antes tinha uma visão de caráter obrigatório, hoje tem se tornado um diferencial no quesito de obtenção de informações enriquecedoras, visando sempre obter resultados mais precisos, auxiliando com maior eficácia no processo decisório.

Porém, o foco de grande parte dos profissionais contábeis destina-se ao montante de obrigações e rotinas a serem desenvolvidas e devido a isso, acabam deixando em segundo plano sua atuação em relação à contabilidade gerencial e seus derivados. Como a contabilidade

gerencial não é sujeita a penalização ou cumprimento de prazo, alguns profissionais contábeis buscam atender à exigência mais próxima a ser realizada.

Pode-se dizer que a maioria dos profissionais contábeis sempre se pergunta: o que o obrigam a fazer determinada coisa, bem como a pergunta final, caso não a faça qual será a penalidade, para assim posteriormente mensurar os riscos e tomar a melhor decisão, ou seja, fazer ou não fazer.

Atualmente, a aplicação do *Impairment Test* encontra muitas barreiras para ser executada, tanto como exigência fiscal, como ferramenta para a tomada de decisão sobre o valor dos ativos das empresas.

No âmbito fiscal, a legislação exige que as empresas apliquem o teste de modo que seja realizada a correção para o valor real dos ativos demonstrados em suas declarações, porém muitos profissionais ainda não o aplicam por falta de conhecimento da regra, falta de habilidade com a sistemática do cálculo, dificuldade em encontrar uma empresa ou profissional especializado, resistência organizacional ou até mesmo por não ter caráter punitivo a sua não aplicação.

Dentro das organizações o *Impairment* não tem encontrado espaço devido a diversos fatores como, por exemplo:

- Exigência legal recente;
- Falta de conhecimento sobre das informações por parte de seus administradores;
- Desconfiança por parte dos gestores por ser fato novo e pouco aplicado;
- Dificuldade em encontrar empresas e profissionais capacitados;
- Inexperiência do profissional contábil.

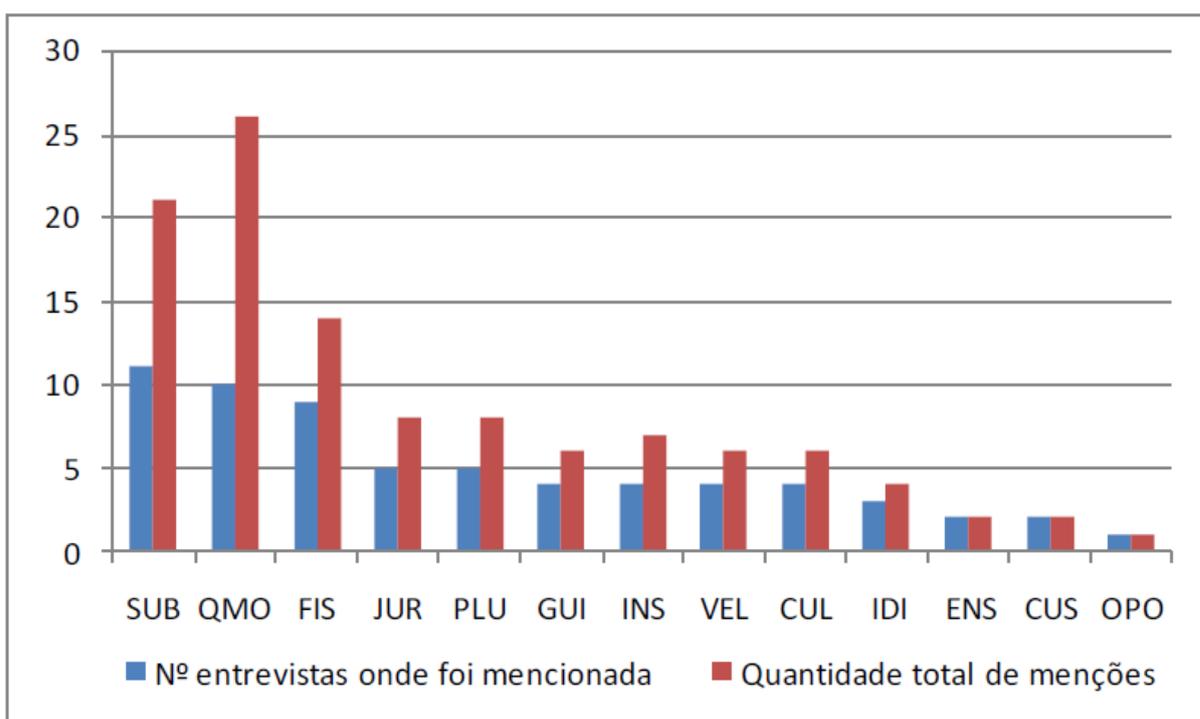
Por ser um fato relativamente novo e de maior complexidade, os gestores empresariais desconhecem ou não se atentam a legislação, que requer conhecimento técnico e que ainda necessita de profissionais capacitados para gerenciar o teste. A organização dos registros contábeis da empresa pode ser um fator primordial para que a aplicação do teste possa ser executada, pois por meio de destes documentos, o profissional responsável obterá informações dos valores atuais dos ativos.

A aplicação das técnicas do *Impairment* é um processo complexo e nem todos os profissionais contábeis e de controladoria possuem habilidade para executá-lo. A falta de material sobre essa especialização é um fator que dificulta, e muito, essa demanda.

O teste de recuperabilidade é uma técnica trazida pela internacionalização da contabilidade, cuja execução demanda formação profissional para que seja realizada da maneira correta. Atualmente, com a convergência da contabilidade brasileira para os padrões internacionais, pouco se discute a respeito da técnica e da metodologia de aplicação. Com isso, pode-se crer que o profissional contábil, além de não conhecer a técnica e os efeitos deste teste, ainda reluta em discutir sobre o assunto.

Segundo uma pesquisa realizada na Fundação Getúlio Vargas, pelo aluno Ricardo Garcia de Souza em 2009, com 15 profissionais atuantes em empresas que já adotaram as normas internacionais e que utilizam a metodologia para reporte ao exterior, a maior barreira para a execução e implantação de novas técnicas é a falta de mão de obra qualificada, conforme apresenta o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Qualificação do Profissional



SUB - Subjetividade

QMO - Qualificação da mão de obra

FIS - Influência da legislação fiscal

JUR - Influência do sistema jurídico

PLU - Envolvimento de outras áreas da empresa

GUI - Falta de orientação detalhada

INS - Questões institucionais

VEL - Velocidade na adoção das mudanças

CUL - Barreiras culturais

IDI - Problemas de tradução/barreiras de idioma

ENS - Deficiências no ensino de contabilidade

CUS - Custo para implementação das mudanças

OPO - Oportunidades de correntes da mudança

Como há baixa demanda pelo teste e inexistência de sanção pecuniária, a grande maioria dos profissionais contábeis deixa de se especializar, de buscar novos conhecimentos capazes de trazer novas informações aos usuários, fato que gerou insegurança no próprio meio profissional quando são tratados assuntos das IFRS, como o teste de *Impairment*.

CAPITULO II

2.1 – *IMPAIRMENT TEST* E SUAS NORMAS REGULAMENTADORAS

2.1.1 *Impairment* segundo as Normas Norte-Americanas – FASB

Devido a possibilidade de investidores de diversas áreas do mundo atuarem nas empresas internacionais que possuem ações na bolsa, grandes potências econômicas mundiais, como os Estados Unidos, também tiveram a necessidade da padronização das normas para a elaboração dos demonstrativos contábeis.

A validade da informação e a padronização da apresentação patrimonial das empresas trazem credibilidade e segurança no âmbito internacional de investimentos, e, devido a isso, são criados padrões como o IFRS, tal qual é responsável por estabelecer diretrizes sobre as demonstrações contábeis de modo internacional.

Nos Estados Unidos da América (EUA), devido ao alto potencial de investimento das empresas do país, foi criado o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), que traduzido para o português remete à, Conselho de Padronização Financeiro Contábil. O FASB é uma organização não governamental, instituída em 1973, cujo o objetivo é estabelecer os padrões de contabilidade para as companhias que possuam cotações na bolsa dos EUA, ou mesmo as empresas não governamentais que são auditadas por esta organização.

O FASB estabelece padrões contábeis a partir dos pronunciamentos emitidos, tais quais são os *Statement Financial Accounting Standards* (SFAS), tal qual traduzido para a língua portuguesa significa Pronunciamentos dos Padrões Financeiro-Contábeis. Estes pronunciamentos regulamentam a padronização das demonstrações financeiras que estão sujeitas a auditoria do FASB, e também, os procedimentos de escrituração e métodos para a contabilização de atos e fatos conforme a padronização.

Entre os padrões estabelecidos pelos pronunciamentos do FASB, estão os que regem sobre o teste de recuperabilidade de ativos de longa duração, e também sobre o *fair value* atribuído após o teste, sendo estes os SFAS 107, 121 e 144.

Para que possa ser conceituado o valor justo dos ativos imobilizados que serão objeto do *Impairment Test*, o FASB emitiu o pronunciamento SFAS 107, que conceitua o valor justo como “o valor pelo qual esse instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes interessadas, outra que não em uma liquidação ou venda forçada”.

A definição trazida pelo SFAS 107 - *Disclosures about Fair Value of Financial Instruments* (Divulgações sobre o Valor Justo de Instrumentos Financeiros), além de ajudar a estabelecer o conceito inicial do valor que será atribuído ao patrimônio pós teste de recuperabilidade, auxilia na identificação da demanda do próprio teste e de sua aplicação. Uma vez que a empresa, em um dado momento, quiser realizar a troca ou venda de seu bem, de modo que não sofra prejuízos inesperados, precisará ter conhecimento do valor justo do patrimônio em questão, e, portanto, deverá ter realizado o teste para atribuição do valor justo ao bem.

Com relação aos padrões para contabilização do valor justo, resultado do teste de recuperabilidade, o FASB emitiu uma série de pronunciamentos, sendo o 121, o que determinava parâmetros para a escrituração dos valores obtidos. Porém, este foi substituído pelo SFAS 144, que regularizou e unificou as teorias e métodos de escrituração que estavam sendo estudados e utilizados no EUA.

A aplicação do valor justo em empresas brasileiras é obrigatória somente para as que negociam suas ações nas bolsas de valores do EUA, e para auxiliá-las na correta utilização de contabilização deste valor, os pronunciamentos do FASB devem ser observados. Após a aplicação do teste, o valor obtido deverá ser contabilizado seguindo os parâmetros estabelecidos pelo SFAS 144 *Accounting for the impairment or disposal of long-lived assets* (Contabilização da recuperabilidade ou disposição de ativos de longa duração).

O pronunciamento 144 do FASB define um único padrão de contabilização do valor justo obtido a partir do *Impairment Test*, exigindo o reconhecimento do valor de ativos de longa duração somente se o valor obtido após o teste for menor que o valor recuperável pelo seu fluxo de caixa. O pronunciamento 144 substituiu SFAS 121, e trata a respeito da contabilização e da mensuração dos ativos para reconhecimento do *fair value*.

O SFAS 144 traz em sua composição, além do padrão a ser seguido para a escrituração, os tipos de ativos que estarão sujeitos aos padrões estabelecidos pela norma, sendo estes os ativos mantidos para uso, ou os ativos que serão desfeitos (vendidos); além disso, conforme diz o próprio pronunciamento, os ativos em que seus parâmetros não incidirão, são:

Este pronunciamento não se aplica à:

- a) Goodwill
- b) Ativos intangíveis não amortizados
- c) Relacionamento com clientes a longo prazo, como intangíveis de depósitos principais, intangíveis do titular de cartão de crédito e ativos de manutenção
- d) Instrumentos financeiros[...]
- e) Políticas de custos de aquisições diferidas
- f) Taxas diferidas de ativos

- g) Propriedades petrolíferas e de combustíveis, que estão sendo contabilizadas por usarem métodos específicos de contabilidade.

Em suma, o pronunciamento que trata da técnica e da atribuição do valor justo a ativos é o SFAS 144 e, de acordo com esta norma, a perda obtida a partir da análise do *Impairment Test* é apurada confrontando o valor da mensuração do ativo (ou grupo de ativos), tendo como base os métodos e técnicas do teste, com o valor registrado contabilmente (aquisição subtraída a depreciação).

A aplicação do teste é dada quando há a possibilidade de uma possível perda na valorização de ativos. Porém, conforme descrito no SFAS 144, após ter sido apurada e contabilizada, a perda por *Impairment* não poderá ser revertida. Portanto, no caso de um ativo ter sofrido perda por *Impairment*, e por algum motivo, seu valor de mercado ou de fluxos de caixa futuros forem maiores do que o valor registrado pós *Impairment*, a reversão da escrituração da perda não poderá ser realizada.

Os reflexos dos pronunciamentos do FASB no Brasil ocorrem somente em empresas que negociam ações na bolsa de valores do EUA. Portanto, pode-se afirmar que o FASB só irá auditar empresas que, em seu critério, estejam sujeitas a auditoria, seja por negociação de ações em bolsas, ou por serem empresas não governamentais que estejam sob sua alçada.

2.1.2 *Impairment* segundo o Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASB)

Com a convergência internacional das normas e técnicas contábeis, foram criados órgãos regulamentadores que possuem a função de estabelecer padrões internacionais de contabilidade para todo o mundo. O IASB foi o órgão principal, criado em 2001 a partir do antigo *International Accounting Standards Committee* (IASC), traduzido como Comitê Internacional de Normas Contábeis.

O IASC, surgido em 1973 e extinto com a criação do IASB, em 2001, foi responsável por toda estruturação inicial das normas internacionais de contabilidade, servindo como base para a elaboração dos pronunciamentos vigentes atualmente. Com um objetivo muito próximo ao do atual comitê, o IASC foi criado devido ao problema existente na interpretação de demonstrativos contábeis das diferentes empresas que existiram na época de sua vigência, possibilitando a partir de suas normas, a padronização das técnicas e métodos de demonstração financeira.

Após a extinção do IASC, foi criado o IASB, que é o atual responsável pela emissão dos pronunciamentos que padronizam a contabilidade mundial. Conforme cita Junior (2005) o IASB é o órgão sucessor do IASC e seus pronunciamentos passam a ser denominados IFRS.

O IASB, a partir dos *International Accounting Standards* (IAS), Padrões Internacionais de Contabilidade, atualiza o IFRS e estabelece padrões internacionais de técnicas e demonstrações contábeis a serem seguidos por empresas de todo o mundo, e devido a globalização da economia e a busca intensa de recursos estrangeiros, suas normas são objeto de estudo de muitas empresas pelo globo.

2.1.3 CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos em convergência com a IAS 36.

O IASB emitiu no ano de 2006, o pronunciamento IAS 36. Seu objetivo é determinar procedimentos que assegurem que os ativos das empresas, conhecidos como unidades geradoras de caixa, não sejam registrados contabilmente por valores maiores do que possa ser recuperado.

A IAS 36 veio substituir as exigências das IAS 16 (Ativo Imobilizado), IAS 22 (Combinação de Entidades), IAS 28 (Contabilidade para investimentos em Associadas) e a IAS 31 (Tratamento Contábil de Participação em Empreendimentos de Conjunto).

Alinhado ao IAS 36, foi editado no Brasil em 2010, o CPC 01 que editou as normas para a contabilidade brasileira, trazendo com isso a padronização dos procedimentos contábeis com os praticados na maioria dos países.

O CPC 01 trouxe a aplicação das normas da IAS 36 para a contabilidade brasileira, introduzido a pela Lei 11638/2007, que editou a Lei 6404/76 para que a contabilidade brasileira, enfim, viesse a convergir às normas internacionais de contabilidade com relação ao tratamento contábil dos valores dos ativos.

Expõe também que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor que possa exceder seu valor recuperável ao longo do tempo, por usos de suas operações ou uma possível venda.

Para que exista valor a ser ajustado na contabilidade, é necessário que o valor de registro do ativo seja superior ao valor que ele pode proporcionar em seu uso ou em uma possível venda. Após a o teste de recuperabilidade desse ativo, deve-se fazer um ajuste de desvalorização para que essa perda seja reconhecida.

De acordo com Tavares *et al.* (2010) a perda por redução ao valor recuperável gera mudanças adversas na indústria e no desempenho da empresa. Essa perda reduz o ativo, que é

visto de forma negativa no resultado da companhia, levando-as a utilizarem o gerenciamento de resultados, mascarando as informações e comprometendo a qualidade delas.

O CPC 01 (2010, p. *web*) estabelece exigências e trata os ativos como unidades geradoras de caixa, isto significa que ele pode trazer benefícios futuros a empresa em decorrência de seu uso ao longo do tempo. Classifica como valor contábil, unidade geradora de caixa e valor depreciável:

Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Valor depreciável, amortizável e exaurível é o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual.

Ainda no referido pronunciamento define valor justo, perda por desvalorização, valor recuperável, vida útil e valor em uso como:

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. (Ver CPC 46 – Mensuração do Valor Justo). (Alterada pela Revisão CPC 03).

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Vida útil é:

- (a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar um ativo; ou
- (b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter do ativo.

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Como formas de limitação desse pronunciamento, não são todos os ativos amparados pela regra de contabilização de suas perdas, pois é necessário observar qual o alcance deste pronunciamento e quais ativos são afetados, verificando seus casos de exclusão, como segue abaixo.

Este Pronunciamento Técnico deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, exceto:

- (a) estoques (ver Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) – Estoques);

- (b) ativos advindos de contratos de construção (ver Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção);
- (c) ativos fiscais diferidos (ver Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro);
- (d) ativos advindos de planos de benefícios a empregados (ver Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados);
- (e) ativos financeiros que estejam dentro do alcance dos Pronunciamentos Técnicos do CPC que disciplinam instrumentos financeiros;
- (f) propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo (ver Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento);
- (g) ativos biológicos relacionados à atividade agrícola dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de vender; (Alterada pela Revisão CPC 08).
- (h) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro; e
- (i) ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Após a avaliação dos ativos, se a entidade concluir que deve ser feita a reavaliação de seus ativos, então ela deve considerar fatores globais que possam alterar os valores contábeis e fazer o reconhecimento.

Ambos, CPC 01 e a IAS 36, trazem que todas as entidades devem avaliar o valor de seus ativos anualmente, mantendo sempre o mesmo período de apuração, podendo fazê-la individualmente ou em grupo de ativos.

Para os ativos denominados unidades geradoras de caixa, deve-se promover avaliações nas perdas por desvalorização, exceto se o *goodwill* não existir ou tiver de diminuir, devendo a empresa estimar esse valor recuperável.

Se o valor de um ativo não exceder seu valor contábil, líquido de depreciação, amortização ou exaustão, não pode exceder seu valor determinado, caso não tenha sido realizado nenhum teste de recuperabilidade.

A reversão desta perda deve ser imediatamente no resultado do período, a não ser que o ativo já tenha sido reavaliado por outro pronunciamento. Deve-se fazer a reversão diretamente na conta de Patrimônio Líquido, na conta de reserva de reavaliação, assim como na mesma medida, deve-se fazer a reversão da desvalorização, se o ativo foi anteriormente reavaliado.

Ao fazer a reversão de uma unidade geradora de caixa, deve-se levar em conta o maior valor líquido de venda e o valor em uso, incluindo todos os ativos relevantes utilizados para gerar o fluxo de caixa, sendo que o valor contábil do ativo não deve ser aumentado acima de seu valor recuperável.

Para a divulgação das informações, a entidade deverá segregar as informações por classe de ativos, definindo seus conjuntos de bens e com características de finalidade operacional, conforme descrito no CPC 01 (2010, p. *web*):

A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:

- (a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas;
- (b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas;
- (c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e
- (d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados CPC_01(R1) 33 reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período.

2.1.4 NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos tem por base o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1).

No que se refere a NBC TG 01, o objetivo desta é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação, de modo que, o balanço patrimonial e suas demonstrações contábeis não sejam mascarados com valores acima de seu real valor de recuperação em uso ou pela venda do ativo.

De acordo com a NBC TB 01, o ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. A entidade deverá sempre acompanhar seu ativo imobilizado, com o propósito de obter resultado ou vestígio de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, caso haja, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Segundo a NBC TG 01, para maior controle, ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar algumas indicações:

- (a) durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- (b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- (c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos

provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;
(d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;

Através do controle interno, pode-se chegar a algumas evidências que indique que um ativo pode ter se desvalorizado, incluindo a existência de fluxos de caixa para adquirir o ativo. Fluxos de caixa líquidos realizados, ou lucros ou prejuízos operacionais gerados pelo ativo, queda significativa nos fluxos de caixa líquidos orçados ou no lucro operacional, prejuízos operacionais ou saídas de caixa líquidas advindos do ativo.

Caso haja indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, deduz-se que devem ser revisados e ajustados paralelamente com as normas aplicáveis ao ativo, sua vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização e exaustão ou o valor residual, para que se obtenha a identificação do fato ocorrido, mesmo que nenhuma perda por desvalorização seja reconhecida para o ativo.

A NBC TG 01 (2010, p. 04) define valor recuperável como o “maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo, ou de unidade geradora de caixa, e o seu valor em uso”.

A NBC TG 01 (2010, p. 17) ainda salienta que, “se, e somente se, o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo”.

Portanto, salienta-se que a NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos tem por base o CPC 01, sendo que o pronunciamento está contido nesta norma, possuindo o mesmo conteúdo encontrado no Pronunciamento Técnico CPC 01.

2.2 METODOLOGIA E TÉCNICAS DE APLICAÇÃO DO *IMPAIRMENT TEST*

2.2.1 Mensuração do Valor Recuperável e da Perda por Desvalorização

O CPC 01 (R1) (2010) traz em sua redação que, para a aplicação do teste de recuperabilidade dos ativos, as empresas adotem métodos que possam auferir com maior precisão o cálculo do valor dos ativos. São eles: métodos de valor em uso e o método do valor líquido de vendas.

Lemes e Carvalho (2010) destacam que é necessário o cálculo de dois valores para detectar o valor recuperável de um ativo imobilizado: o valor líquido de venda e o valor de

custo. Sendo o valor recuperável do ativo o maior entre os dois, e se ambos os cálculos excederem o valor contábil líquido do ativo, não existirá desvalorização, não sendo necessária a estimativa de outro valor. Portanto, só há perda por *Impairment* quando o valor contábil do ativo for superior ao valor recuperável.

Conforme Iudícibus, et. al. (2010), é definido por valor recuperável de um ativo imobilizado o maior entre o valor líquido de venda ou valor em uso de um ativo. Valor líquido de venda de um ativo imobilizado, nada mais é que o valor adquirido pela venda de um ativo em uma operação de classe normal, envolvendo partes sabedoras e independentes, diminuído das despesas necessárias para essa operação. Enquanto o valor em uso de um ativo imobilizado é o valor presente de fluxo de caixa estimado futuramente, referente ao emprego ou uso nas atividades da entidade.

O pronunciamento CPC 01 (R1) (2010, p. 13) traz a seguinte definição:

A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo é o preço de contrato de venda firme em transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas adicionais que seriam diretamente atribuíveis à venda do ativo.

Enquanto que, para o valor em uso de um ativo, é definido pelo CPC 01 (R1) (2010, p. 14), que os seguintes elementos devem ser refletidos no cálculo:

- a) estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo;
- b) expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de ocorrência desses fluxos de caixa futuros;
- c) valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco;
- d) preço pela assunção da incerteza inerente ao ativo (prêmio); e
- e) outros fatores, tais como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar ao precificar os fluxos de caixa futuros esperados da entidade, advindos do ativo.

Por determinação do CPC 01 (R1), o Teste de Recuperabilidade deve ser aplicado pelas empresas ao menos uma vez por ano, ao final de cada exercício, para identificar se o ativo imobilizado registrado na contabilidade está corretamente avaliado, se não existe nenhum valor acima do valor recuperável (valor de venda ou de uso). Se o valor contábil de um ativo for superior ao valor recuperável, deve ser contabilizado uma perda.

De acordo com Lemes e Carvalho (2010, p. 151):

Uma perda por *Impairment* deverá ser reconhecida imediatamente em resultados, a não ser que o ativo esteja contabilizado ao valor reavaliado, quando então a perda deverá ser tratada como uma redução da reserva de reavaliação, até o limite dessa reserva.

Pode-se considerar também que, caso um dos métodos (valor líquido de venda e valor em uso) utilizados a para realização do teste exceda o valor contábil do ativo, não existe desvalorização, não sendo necessário avaliar o outro método.

2.2.2 Unidade Geradora de Caixa

Tratando-se da avaliação do ativo como um todo, foi desenvolvido o conceito de unidade geradora de caixa, conceituado por Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p.277) como “o menor grupo de ativos que inclui o ativo em uso e que gera entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupo de ativos”, ou seja, unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Conforme Iudícibus *et al.* (2010), a análise do valor recuperável de um ativo imobilizado deve ser feita de maneira individual, mas podem existir situações em que não é possível avaliar o valor recuperável de forma individual, considerando a unidade de domínio definida pela entidade. Nessa situação, a entidade deve avaliar em menor grupo de ativos geradores de fluxo de caixa em conjunto, ativos independentes uns dos outros. Esse agrupamento de ativos é chamado de unidade geradora de caixa.

O CPC 01 (R1) (2010) define como uma unidade geradora de caixa o menor grupo que abrange esse ativo, onde entradas de caixas são recebimentos e equivalentes de caixa provenientes de partes independentes da entidade. Para que se identifique que as entradas de caixa proveniente de um ativo são basicamente independentes de outros ativos, a entidade deve ponderar diversos fatores, como a maneira que a administração monitora as operações ou como toma decisões sobre a continuidade ou a baixa dos ativos e operações.

Os exemplos de unidades geradoras de caixa, de acordo com Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p. 95), são:

- a) um ativo único que tem capacidade de prestação de serviços geradora de caixa;

- b) o conjunto de ativos (máquinas, equipamentos, utensílios, veículos) de uma linha de produção e comercialização, como, por exemplo, uma linha de produção de determinada bebida, um conjunto de veículos de transporte para determinados tipos de fretes etc.;
- c) um estabelecimento fabril ou comercial;
- d) uma divisão ou unidade de negócios etc.

Ainda, segundo o IAS 36, cujo seu objetivo é determinar procedimentos que assegurem que os ativos das despesas, ou grupo de ativos, conhecidos como unidades geradoras de caixa, não sejam registrados por valores acima dos montantes recuperáveis.

2.2.3 Método de Valor Líquido de Venda

Para o método do valor líquido de vendas, o CPC 01 (2010, p. *web*) traz que é o valor a ser obtido pela venda de um ativo em uma possível transação de venda:

A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo é o preço de contrato de venda firme em transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas adicionais que seriam diretamente atribuíveis à venda do ativo.

Sua evidência se dá por um preço de um contrato de venda firmado entre duas partes interessadas e conhecedoras do negócio, ajustado pelas despesas incorridas.

Conforme Magalhães, Santos e Costa (2010, p. 348), “o objetivo do Teste de *Impairment* é assegurar que o valor contábil líquido de um ativo ou grupo de ativos de longo prazo não seja superior ao seu valor recuperável, sendo este último o maior entre o valor líquido de venda e o valor em uso”.

Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso, sendo que se qualquer desses valores exceder seu valor contábil, este ativo não foi desvalorizado, não sendo necessário estimar outro valor.

O CPC 01 (2010, p. *web*) define como:

O valor recuperável de um ativo não pode ser determinado individualmente se:

- (a) o valor em uso do ativo não puder ser estimado como tendo valor próximo de seu valor líquido de venda (por exemplo, quando os fluxos de caixa futuros provenientes de uso contínuo do ativo não podem ser estimados como sendo insignificantes); e
- (b) o ativo gerar entradas de caixa que não são em grande parte independentes daquelas provenientes de outros ativos. Nesses casos, o valor em uso e,

portanto, o valor recuperável, pode ser determinado somente para a unidade geradora de caixa do ativo.

A entidade deve relevar suas fontes de informações internas e externas para ter uma melhor percepção da avaliação dos seus ativos, considerando fatores globais que possam alterar os valores contábeis e fazer o teste de recuperabilidade.

São fatores como:

- Perdas inesperadas;
- Segmento de mercado;
- Alterações no cenário econômico;
- A probabilidade de obsolescência e ociosidade do ativo;
- As taxas de juros utilizadas na montagem do fluxo de caixa; e
- Se o valor do patrimônio líquido da empresa é maior que o valor de suas ações de mercado.

O valor líquido de venda de um ativo pode ser determinado mesmo sem uma avaliação de mercado. Entretanto pode ocorrer de um ativo ser uma finalidade muito específica a ponto de que isso seja um empecilho, e não obtendo base para o valor, a entidade pode estimar que seu valor a ser utilizado possa ser seu valor recuperável.

Vale salientar que somente profissional competente e qualificado pode aplicar as técnicas do cálculo do valor dos ativos das empresas e o teste deve ser aplicado com os dados obtidos pelo teste de recuperabilidade respeitando sua data de aplicação.

Para se obter o valor a ser recuperado do ativo, primeiro deve-se determinar o valor líquido de vendas, que utiliza os fatores como o preço de venda ou valor de mercado e as despesas incorridas na transação.

$$\begin{aligned}
 & \textit{Preço de venda (valor de mercado)} \\
 & (-) \textit{ Desp. Venda (gastos incorridos na transação)} \\
 & = \textit{ Preço de Venda Líquida (à data do teste)}
 \end{aligned}$$

O preço líquido de vendas é o resultado obtido por essa equação.

2.2.4 Método de Valor em Uso

Na apuração do método de valor em uso, o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, é o maior valor entre o valor líquido de vendas e o seu valor em uso.

O maior valor entre esses dois fatores deverá ser utilizado como o seu valor recuperável, caso este seja menor que o valor contábil do ativo em análise.

O valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa. O referido pronunciamento CPC 01 (p. *web*) descreve que “valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa”.

Para o cálculo do valor em uso de um ativo o CPC 01 2010, (p. *web*), devemos considerar pontos como:

Os seguintes elementos devem ser refletidos no cálculo do valor em uso do ativo:

- (a) estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo;
- (b) expectativas sobre possíveis variações no montante ou período desses fluxos de caixa futuros;
- (c) o valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco (ver item 54);
- (d) o preço decorrente da incerteza inerente ao ativo; e
- (e) outros fatores, tais como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar ao determinar os fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com o ativo.

29 A estimativa do valor em uso de um ativo envolve os seguintes passos:

- (a) estimar futuras entradas e saídas de caixa decorrentes de uso contínuo do ativo e de sua baixa final; e
- (b) aplicar taxa de desconto adequada a esses fluxos de caixa futuros.

Para a aplicação do cálculo do teste de recuperabilidade, devemos considerar o valor do registro original do bem, sua depreciação acumulada, seu valor de mercado, gastos médios incorridos na produção e de venda de unidade de produto, os custos de capital da empresa, desconsiderando a incidência de tributos, assim como se segue:

Preço médio unitário de venda

(-) *Gasto unitário de produção/venda*

= *Lucro unitário de produto*

(x) *Produção Anual*

(=) ***Lucro Anual***

Após, aplica-se ao valor do lucro a taxa de juros do custo de capital (simples ou composto), considerando os períodos de aplicação do teste. Com isso obtemos o valor do ativo em uso na data base do teste de recuperabilidade.

$$\frac{\text{Taxa do período} \times \text{Lucro Anual}}{\text{Total do valor em uso à data do teste}}$$

Com os dados avaliados, comparam-se os valores do teste do valor em uso com o valor líquido de vendas. Somente haverá valor a ser recuperado, se o valor em uso for maior que seu valor líquido de vendas. Este valor deve ser registrado contabilmente para que possa refletir a realidade dos valores dos ativos da empresa. O valor a ser recuperado pode ser obtido da seguinte maneira:

$$\begin{aligned} & \text{Valor líquido de Vendas} \\ & (+) \text{Valor em uso do ativo} \\ & = \text{Valor a ser recuperado} \end{aligned}$$

Cabe salientar que, somente um profissional competente e qualificado pode aplicar as técnicas do cálculo do valor dos ativos das empresas. O teste deve ser aplicado com os dados obtidos pelo teste de recuperabilidade, respeitando sua data de aplicação.

2.2.5 Custo Médio Ponderado de Capital

Para uso do método de valor em uso para aplicação do *Impairment Test*, e posterior atribuição do valor justo aos ativos, uma análise técnica do capital da organização deve ser feita, garantindo que o valor justo, obtido após o teste, seja válido e coerente, levando em consideração o Custo Médio Ponderado de Capital, sendo este o objeto principal para correta apuração dos fluxos de caixa futuros.

Partindo do pressuposto de que todo ativo em sua essência é um investimento, Damodaram (2002, p. 55) cita que “na verdade, quando se faz um investimento não há qualquer promessa de fluxos de caixa, mas sim, o direito de receber quaisquer fluxos de caixas futuros”, com isso, entende-se que no caso da atribuição do valor justo aos ativos, a técnica utilizada poderá levar em conta a possibilidade de oscilação de seu fluxo de caixa, tal qual possui relação direta com o custo de capital da organização analisada.

O Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC), que em algumas literaturas é trazido como *Weighted Average Cost of Capital* (WACC), é o ponto inicial para estudo do fluxo de caixa de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa. A análise de fluxo de caixa, se dá pelo valor presente de fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa, tal qual é a obtida a partir do cálculo do CMPC. E conforme cita BRAGA (1989) “o custo de capital total é o resultado da

média ponderada do custo de capital específico de cada fonte de financiamento pela participação que cada uma delas tem na estrutura de capital da empresa”

Pode-se afirmar que, basicamente, para que uma empresa opere, cresça e invista, é necessária a obtenção capital, portanto, este é o principal componente para que as operações de uma organização sejam realizadas de forma contínua durante sua existência, e para muitas empresas, a origem deste capital é variada. Desde uma fonte de capital interna, como o capital próprio, até as fontes de capital de terceiros, sendo estes os financiamentos e empréstimos, diferentes taxas de juros são aplicadas sobre cada recurso.

Com as diversas origens de recursos e taxas existentes, o cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital tem como objetivo obter uma taxa média ponderada de custo de capital, de modo que sejam considerados os percentuais representativos de cada origem e taxa respectiva, e conforme afirma Ross, Westerfield e Jaffe (1995, p. 358) a aplicação do CMPC: “parte da ideia de que os projetos de empresas com dívidas são financiados simultaneamente com capital de terceiros e capital próprio”.

Considerando o percentual de representatividade de cada tipo de capital no capital total da empresa, e a taxa de juros aplicada a cada uma destas origens de capital, pode-se obter uma taxa de desconto coerente que poderá ser utilizada na realização do teste de recuperabilidade, quando este for realizado pelo método de valor em uso, que parte da análise de fluxos de caixa futuros descontados.

Para que o *Impairment Test* seja realizado com base na análise de fluxos de caixa, o primeiro cálculo a ser realizado deverá ser o do CMPC, e para isso, é necessário que sejam levadas em consideração as seguintes variáveis:

- O capital próprio da empresa que consta no balanço;
- O capital de terceiros que é representado por financiamentos e capital obtido por participações de acionistas;
- Taxa de custo de capital próprio;
- Taxa de custo do capital de terceiros;
- Taxa de imposto (obtido nas demonstrações financeiras).

Considerando as informações citadas, é possível realizar o cálculo da taxa do CMPC de uma empresa. Na maioria das literaturas e conforme apresenta ARAÚJO et. Al (2006), a fórmula para cálculo da taxa é a seguinte:

$$CMPC = Ke \frac{E}{D + E} + Kd \frac{D}{D + E}$$

Onde:

- CMPC – Custo Médio Ponderado de Capital
- Ke = Representa o custo do capital próprio
- Kd = Custo do capital de terceiros antes dos impostos
- E = Valor de mercado do capital próprio da empresa
- D = Valor de mercado do capital de terceiros da empresa
- E + D = Valor de mercado do capital total

Após a realização do cálculo da taxa do CMPC, esta poderá ser utilizada como taxa de desconto para a obtenção do valor justo do ativo, uma vez que as variáveis consideradas sejam confiáveis e precisas.

2.3 IMPACTOS DO *IMPAIRMENT TEST* NA GESTÃO FINANCEIRA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POSSÍVEIS REFLEXOS DO *IMPAIRMENT TEST*

Dentre as inúmeras utilidades da contabilidade em uma organização, uma delas é a demonstração da situação patrimonial da empresa. A contabilidade, por ser a maior fonte de informações econômico-financeiras de uma organização, pode fundamentar e demonstrar detalhes importantes para a tomada de decisão. E, conforme Crepaldi (2002, p.16) a contabilidade:

Estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos fatos nele ocorridos, com o fim de oferecer informações sobre a composição e variação, bem como o resultado econômico da gestão da riqueza patrimonial.

A contabilidade, quando usada corretamente na gestão, tem o poder de analisar, controlar e gerar informações que auxiliam na identificação de possíveis falhas ou pontos a serem desenvolvidos, e para isso, são necessárias análises constantes nos demonstrativos por ela gerados.

As demonstrações financeiras fornecem ricas informações sobre a situação patrimonial da empresa, mas para que estas informações tenham reflexo na gestão, precisam ser

devidamente interpretadas e analisadas, e fundamentando a importância das demonstrações Matarazzo (2003, p. 15) afirma que “as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A análise de Balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir”

No processo de interpretações dos demonstrativos, são necessárias algumas técnicas de análise que possibilitem uma visão ampla de todo o montante de informações apresentados pela contabilidade, sendo uma delas a análise por índices econômicos e índices financeiros.

Os índices são baseados na relação entre grandezas trazidas nos demonstrativos, que poderão refletir as variações patrimoniais da empresa de modo objetivo, assim como afirma Marion (2012, p.24) “os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas; facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa que a observação de montantes por si só”.

Para o uso correto dos índices financeiros, é fundamental conhecer a estrutura básica dos demonstrativos e dos valores que compõe os índices, pois toda alteração relevante deve ser levada em consideração na análise. Alterações financeiras e econômicas podem alterar os resultados dos índices financeiros, e conseqüentemente, da própria análise, e por isso, com a aplicação do teste de recuperabilidade, a análise poderá ser realizada identificando assim as variações causadas após a aplicação e reconhecimento do *Impairment Test* na contabilidade.

Segundo Padoveze (2004, p. 191):

O acompanhamento mensal dos indicadores escolhidos e de suas tendências, possibilitará uma visão real das operações e do patrimônio empresarial, podendo-se tomar medidas corretivas do rumo dos negócios, caso as conclusões da análise assim exigir.

Assim, pode-se dizer que após identificadas as alterações decorrentes da escrituração do teste de recuperabilidade, a empresa, além de apurar os valores reais de seus ativos, poderá acompanhar periodicamente seus indicadores e atuar com maior efetividade.

2.3.1 Indicadores financeiros afetados pós-teste de recuperabilidade

As demonstrações financeiras podem ser substancialmente afetadas pelo teste de recuperabilidade, pois envolve os fatores operacionais do ativo imobilizado das empresas. Dependendo do ramo de atividade se as empresas detêm altos valores em imobilizado ou ainda

ativos altamente reavaliados, tendem a sofrer um impacto maior que empresas que priorizam seu capital no ativo circulante.

De acordo com Smith, Ferrarezi e Cia (2008, p. 07), “as demonstrações contábeis podem ser impactadas de diversas formas pelo registro de *Impairment*, o destaque recai na composição patrimonial das empresas”.

Os reflexos dessas alterações apresentam-se diretamente nos indicadores de desempenhos, que demonstram a real situação econômica da empresa. Para análise dos indicadores, deve-se ter capacidade técnica para compreender e interpretar os dados para se obter as informações necessárias à tomada de decisão.

Os indicadores mais utilizados, atualmente, por investidores do mercado para auxiliarem a análise da situação econômica da empresa, são: rentabilidade, endividamento e desempenho do ativo imobilizado.

2.3.2 Rentabilidade

O indicador de rentabilidade mostra qual o nível de rentabilidade do capital investido e qual o grau de eficiência de suas operações. Para explanação do estudo, segue análise dos principais indicadores de rentabilidade:

Marion (2006) afirma que a rentabilidade é medida em função dos investimentos. Os investimentos na literatura contábil são entendidos como toda a aplicação dos recursos captados de terceiros e de acionistas.

O Retorno sobre o Ativo (ROA), é um indicador que pode avaliar o desempenho do ativo, fornecendo informações da relação da rentabilidade dos ativos sobre a eficiência econômica da empresa.

$$ROA = \frac{\textit{Lucro Operacional}}{\textit{Ativo Total - Lucro Liquido}}$$

Alternadamente, pode ser utilizado o Retorno sobre o Investimento (ROI), que relaciona o lucro operacional com a rentabilidade do investimento ao longo do período na empresa, obtendo uma taxa de retorno de seus financiamentos, seja ele de capital próprio ou de terceiros. Diferente do ROA, este indicador não engloba todos os bens e direitos da empresa.

$$ROI = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Investimento total} - \text{Passivo de Funcionamento}}$$

Analisando esses indicadores ROA e ROI, pode-se deduzir que a aplicação do resultado do teste de recuperabilidade pode reduzir os valores monetários dos ativos da empresa e sua contrapartida reduz o lucro. Contudo, se há Reserva de Reavaliação, sua contrapartida não será feita na conta de Resultado e sim na Reserva de Reavaliação, ocasionando uma melhora na informação sobre a rentabilidade.

Como é uma operação da societária, essa avaliação de indicadores não afetará o Lucro Operacional em relação ao Ativo ou ao Investimento reduzido pelo teste.

O ROE ou Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL), é um indicador que demonstra o quanto de valor a empresa consegue incorporar, utilizando somente seus recursos. Utilizando esse método de cálculo, o teste de recuperabilidade reduz o lucro líquido e o Patrimônio Líquido, pois nota-se que grande parte do resultado do teste estará representada no lucro e no patrimônio líquido, ocasionando uma menor rentabilidade.

Com relação aos lançamentos contábeis, a baixa do Ativo deve ser feita na conta de Reserva de Reavaliação e não na conta de Resultado. Isso traz uma melhoria na informação desse índice, porque o Lucro Líquido não será alterado em relação ao Patrimônio Líquido, que sofrerá diminuição por causa da aplicação do teste.

Outro índice utilizado é o Valor Econômico Adicionado (EVA), que consiste em demonstrar qual a parcela do lucro gerado ultrapassa o custo de oportunidade do capital social investido.

Seu objetivo é maximizar o valor criado pela própria empresa, partindo do pressuposto de uma mudança organizacional. Visa alinhar o planejamento gerencial ao operacional, com o propósito de remuneração através do lucro atrelado aos indicadores de avaliação de desempenho. É conceituado como um excelente parâmetro de gerenciamento de negócios e remuneração variável, com o intuito de estabelecer novas diretrizes para as empresas.

Sua equação se dá:

$$EVA = LOP - (\text{Investimento} \times CMPC)$$

O objetivo dessa equação é obter o valor que será reduzido do Lucro e Investimento, sempre observando que um maior valor do teste de recuperabilidade estará demonstrado no Lucro e um pouco menor no Investimento. Porém, a baixa da contrapartida do Ativo deverá ser feita na conta de Reserva de Reavaliação e não na Conta de Resultado, refletindo em um

aumento do Valor Adicionado da empresa. O Lucro Operacional deverá permanecer o mesmo, reduzindo somente o valor do Investimento pelo teste de recuperabilidade. O CMPC – Custo Médio Ponderado de Capital, segundo Assaf (2002), equivale aos retornos exigidos pelos credores da empresa (Instituições Financeiras) e por seus proprietários.

2.3.3 Endividamento

O indicador de Endividamento fornece informações necessárias para avaliar o grau de comprometimento financeiro que uma empresa está comprometida com seus fornecedores, principalmente os que dizem respeito à parte financeira, e sua capacidade de honrar com seus compromissos em longo prazo. Quanto menor for seu índice, melhor será a situação econômico-financeira da empresa. Conforme Matarazzo, este representa a porcentagem das obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais.

Sua equação se dá:

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

A aplicação desse indicador após o teste resultará em uma diminuição do valor do Patrimônio Líquido, com ou sem Reserva de Reavaliação, repercutindo em uma elevação no grau de endividamento da empresa.

2.3.4 Desempenho do Imobilizado

Este indicador é muito utilizado pelas empresas, pois consegue refletir a relação entre o custo e o imobilizado e qual o rendimento gerado por esse ele. Tornou-se ferramenta primordial para o controle dos imobilizados por parte dos gerentes de empresas.

A aplicação da equação desse índice demonstra que se o ativo imobilizado sofrer redução por perda por valor recuperável e seu custo permanecer estável, ocasionará um aumento no índice, refletindo que possa haver uma piora no rendimento produzido pelo ativo em análise. O Ativo Imobilizado líquido é obtido subtraindo o valor de sua depreciação, exaustão ou amortização acumulada. A seguir a fórmula de se obter o índice:

$$\text{Produção por Imobilizado} = \frac{\text{Custo de Produção}}{\text{Ativo Imobilizado Líquido}}$$

Adicional ao índice de produção utiliza-se o Giro do Imobilizado que valor de vendas e o valor investido no ativo imobilizado, demonstrando a efetiva capacidade de produção da empresa. Na análise deste índice é importante observar que, se o ativo imobilizado sofrer alguma perda por valor recuperável e o valor das vendas permanecer o mesmo, haverá um aumento que apontará maior utilização da capacidade produtiva, o que significa maior produtividade com melhor rateio dos custos de produção.

Para analisar esse índice utilizamos:

$$\text{Giro do Imobilizado} = \frac{\text{Montante das Vendas}}{\text{Ativo Imobilizado Líquido}}$$

Para delimitação dessas análises, foram utilizados somente índices que sofrem interferência direta pela aplicação do teste de recuperabilidade e que tenham contas diretamente ligadas ao Ativo Imobilizado.

2.3.5 Teste de Recuperabilidade de ativos e indicadores financeiros

Com a adequação da Contabilidade Brasileira a padronização em relação às normas internacionais, a Lei 11.638/07 aumenta a necessidade de uma escrituração societária separada da fiscal, sendo os ajustes fiscais realizados mediante lançamentos adicionais de preparação para divulgação e verificados por auditor independente. Para Iudícibus, (1998, p.286), “uma das principais finalidades da contabilidade é demonstrar periodicamente a situação patrimonial, financeira e de rentabilidade da empresa”.

Neste sentido, o poder de gestão da empresa ou entidade é algo iminente no processo decisório, na avaliação de risco, se está buscando ou não recursos de terceiros e atentando-se também ao mercado acionário. Conforme Carvalho *et al* (2011, p.14):

Os testes estatísticos aplicados revelaram mudanças estatisticamente significantes na representação da situação econômico-financeira das companhias abertas listadas na BM&FBovespa no tocante à estrutura de capital e à liquidez, confirmando-se a hipótese da pesquisa para tais indicadores. As firmas apresentaram, na posição de 2008, maior endividamento, maior grau de imobilização do patrimônio líquido e queda na

liquidez, em relação ao exercício de 2007. Percebem-se indicativos de que esses efeitos estejam relacionados com as alterações na forma de contabilização das operações de arrendamento mercantil e dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

A redução ao valor recuperável de ativo está entre os processos de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil. De acordo com Machado (2011, p. 14):

O estudo do teste de recuperabilidade do custo, auxilia análises de continuidade do negócio, pois a estimativa da capacidade de benefícios futuros é um importante fator considerado pelo analista financeiro, quando da avaliação de Demonstrações Contábeis. A prática do Teste de *Impairment*, interpretada perante o referencial teórico estabelecido, prove fundamentos para a afirmação de que este auxiliará na geração de informações mais corretas sobre o patrimônio, proporcionando melhores avaliações a respeito de rentabilidade e continuidade.

Além disso, segundo Machado (2011, p. 13), as despesas de *Impairment* “servem como um indicador importante que auxilia o estudo de continuidade e viabilidade futura do empreendimento”. Isso demonstra que a aplicação do *Impairment Test* sobre os ativos traz inúmeros benefícios para a gestão e também para o mercado brasileiro, trazendo maior transparência e credibilidade, facilitando a captação de recursos por parte das companhias.

Ainda, segundo Ferrarezi e Smith (2008, p. 10), “o registro do *Impairment* resultou em ajustes das demonstrações contábeis e impactou, [...], nos indicadores ROA, ROI, EVA, endividamento, no rendimento do imobilizado e no giro do imobilizado”. Sendo assim, a utilização do teste de recuperabilidade de ativos pode se tornar uma importante ferramenta no auxílio de identificação de indicadores mais próximos da realidade econômica e financeira da empresa, segundo a norma vigente.

Portanto, assegurando que os ativos estão registrados por valor que não exceda seus valores de recuperação, conseqüentemente tornará possível atrair o interesse de novos investidores a empresa desde que se possa, através das demonstrações contábeis identificar as premissas fundamentais utilizadas para os cálculos.

2.3.6 Método de escrituração dos resultados

Com base nas normas que regulamentam a técnica do *Impairment Test*, pode-se dizer que é uma regra pré-determinada na qual se deve obedecer às normas que regulamentam este procedimento. Tecnicamente, trata-se da redução do valor recuperável de um bem ativo,

gerando um compromisso das empresas e companhias a avaliarem, periodicamente, seus ativos ou grupo de ativos que geram resultados antes de contabilizá-los no balanço.

Certificando-se que o valor registrado contabilmente é maior do que seu valor recuperável, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a empresa ou companhia terá que efetuar a baixa contábil da diferença, sendo necessária a obrigação de avaliar os ativos por pelo menos uma vez ao ano para o ajuste do valor de sua realização, caso este seja inferior ao valor contábil.

Há situações também, em que o ativo necessita ser avaliado em decorrência de dano físico ou tornar-se inútil para a empresa, haja vista que o retorno esperado (fluxo de caixa futuro descontado) poderá sofrer alterações e o valor ser menor que o valor contábil. Este teste de recuperabilidade pode ser executado a qualquer período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período.

Sendo assim, se um ativo está registrado contabilmente por R\$ 20.000,00, e após a aplicação do teste, resultar em um valor recuperável de 18.000,00, deve-se ajustar a diferença (perda de R\$2.000,00) da seguinte forma:

D – Perdas por Desvalorização de Ativos (Conta de Resultado)
C – (-) Perdas por Desvalorização (Conta Redutora do Ativo)
Valor: R\$ 2.000,00

2.3.7 Reflexos nos Demonstrativos Após Escrituração dos Resultados

Após aplicação do teste e sua devida escrituração, alguns importantes reflexos devem ser observados, levando em conta as alterações nos grupos que compõe o balanço patrimonial e a DRE. Seguindo as definições do CPC 01 e a NBC TG 01 (R3), a escrituração do fato deverá ser realizada com débito em conta de despesa, e crédito em conta redutora do ativo, reduzindo o valor do bem e registrando uma despesa não dedutível na contabilidade.

Os reflexos do *Impairment Test*, em suma, são dados diretamente no grupo de Ativos do Balanço Patrimonial, e no grupo de despesas antes de IR, no caso da DRE. Conforme descrito no CPC 01, estes reflexos ocorrem devido ao método de escrituração pré-estabelecido pela própria norma, conforme cita em seus itens 60 e 61:

60. A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado.

Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação.

61. A perda por desvalorização de ativo não reavaliado deve ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Entretanto, a perda por desvalorização de ativo reavaliado deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (na reserva de reavaliação) na extensão em que a perda por desvalorização não exceder o saldo da reavaliação reconhecida para o mesmo ativo. Essa perda por desvalorização sobre o ativo reavaliado reduz a reavaliação reconhecida para o ativo.

Assim sendo, no caso de ocorrer identificação de perda por desvalorização, e sua escrituração for realizada partindo do *Impairment Test*, pode-se dizer que o saldo de ativos sempre irá reduzir, e em contrapartida, o lucro também irá reduzir de maneira proporcional à diferença entre o valor contábil do ativo, e o valor justo obtido pelos métodos aplicáveis para realização do teste de recuperabilidade.

CAPITULO III – ESTUDO DE CASO

3.1 ESTUDO DE CASO APLICADO E UNIDADE GERADORA DE CAIXA ESCOLHIDA

As informações sobre a Unidade Geradora de Caixa (UGC), contidas neste presente trabalho de conclusão de curso, foram obtidas por meio de um questionário, respondido pelo responsável por elaborar as demonstrações financeiras da entidade. Esta Unidade pertence a um grande grupo sucroalcooleiro do interior do estado de São Paulo.

Para a aplicação do teste de recuperabilidade, o grupo utiliza a totalidade de seus ativos, pois são interdependentes, não sendo possível obter o produto final sem que todos estejam envolvidos em seu processo produtivo.

Em sua cadeia produtiva, sua principal matéria-prima é a cana de açúcar, que gera o álcool, o açúcar, o levedo e por último por meio do aproveitamento do vapor de suas caldeiras, obtém energia elétrica consumida na fábrica e o excedente vendido às concessionárias de energia.

No processo produtivo, é efetuado o corte da cana-de-açúcar com máquinas adequadas, que colhem e cortam a cana em pedaços menores. Depois é levada por esteiras automatizadas para serem cortadas em pedaços ainda menores, facilitando assim seu processo de moagem. Nesse estágio será extraído o máximo de açúcares contidos na cana.

A partir da produção do açúcar, obtém-se também um caldo rico em nutriente, utilizado na fermentação alcoólica para gerar o etanol. Adicionalmente nesta unidade, a empresa parte do mel rico do açúcar para cultivar levedos específicos, que serão beneficiados com ingredientes artificiais para realçar sabor em indústrias alimentícias e em produtos utilizados na nutrição animal.

O resultado de todo o processo produtivo é o bagaço da cana, que deve estar em condições de umidade suficiente para ser utilizada na caldeira. Com o calor da caldeira, gera-se vapor para funcionar os geradores de energia elétrica que abastece toda Usina, já o excedente é vendido ao mercado.

Para que o teste de recuperabilidade possa ser aplicado, é necessário que haja evidências observáveis para gerar a necessidade dos testes. Neste caso, a Usina possui um histórico de prejuízos, e ativos intangíveis de vida útil indefinida.

Os ativos do grupo são avaliados conforme sua capacidade de recuperação, ou quando ocorrerem mudanças no mercado externo, que possam indicar que o seu valor contábil pode não ser recuperável, com base em seus fluxos de caixa futuros.

Na análise dos resultados da aplicação do teste, a entidade verifica se o valor contábil de seus ativos é maior que seu valor recuperável, sendo assim, o valor líquido sofre um ajuste e sua vida útil é readequada para novos patamares. O grupo adota esse procedimento conforme resolução do CPC 01 e suas normas técnicas.

Conforme informações prestadas pela área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de 2016, o grupo informou que seu imobilizado apresentava valor aproximado de 545 milhões de reais, composto principalmente por maquinários, instalações e equipamentos, que estavam sujeitos à alienação bancária por empréstimos e financiamentos. Sua depreciação anual está em torno de 31 milhões de reais por ano.

O grupo adota a política de registrar seu imobilizado pelo valor de aquisição ou de construção, deduzindo a depreciação acumulada dos bens, e adota o cálculo pelo método linear, considerando o tempo de vida útil econômica estimada de cada bem. Para seu conjunto de ativos, grupo optou por reconhecê-lo por seu custo atribuído, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 27 e suas interpretações técnicas vigentes.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se necessário ao final de cada exercício conforme determina o CPC 01, que delimita que os ativos devem ser testados e ajustados se necessário ao menos uma vez a cada período.

Anualmente o grupo realiza manutenções periódicas em seus ativos, a fim de garantir a longevidade e produtividade. Seus principais custos com a manutenção incluem mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas em seus devidos setores durante o período de entressafra.

Estes custos são contabilizados como custo dos equipamentos, e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer gasto que não aumente a vida útil ou que mantenha a capacidade de moagem é reconhecido no resultado como despesa. Este controle influencia na obtenção do valor recuperável quando aplicado o *Impairment Test* pelo método de valor em uso, do qual servirá de base para a execução do estudo de caso.

Na preparação das demonstrações financeiras, o grupo considerou o custo histórico como base de valor, e ajustou os valores para refletir o custo atribuído do imobilizado na data de transição para os CPCs, sendo seus ativos e passivos mensurados a valor justo. Até a data de

elaboração da demonstração, não houve novo Pronunciamento que pudesse alterar as informações.

3.2 INDÍCIOS PARA REALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DO TESTE NESTA UCG

Com base nas informações da empresa pesquisada, identifica-se como fator relevante na definição da aplicação do teste, os sucessivos anos de prejuízo apresentados nas demonstrações financeiras, pois este histórico indica possível falha administrativa, erros operacionais, alteração de juros internos e externos, dentre outros fatores que possam acarretar prejuízos significativos na empresa se não geridos corretamente.

Seguindo as premissas e raciocínio da Companhia, após a identificação de indícios para execução do *Impairment Test*, a metodologia para redução ao valor recuperável será aplicada no Ativo Imobilizado total, ou seja, não será subdividido o ativo em linhas de produção ou mesmo realizada a avaliação em um único ativo.

Após analisada a operação da empresa e, com relação a outras indústrias semelhantes, foi identificada que neste segmento industrial não há equipamento que possa ser avaliado de forma singular visto que o processo de produção envolve tecnologia desenvolvida pela própria empresa. Portanto, seus equipamentos tendem a ser exclusivos, impossibilitando sua comparação ou cotação no mercado externo, sendo estas etapas essenciais para o método de valor líquido de venda.

3.3 MÉTODO DE PROJEÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Para elaboração do cálculo do teste de recuperabilidade segundo o método de valor em uso, é necessário que seja projetado o fluxo de caixa da unidade escolhida, e, portanto, serão adotadas algumas premissas hipotéticas para que o estudo seja realizado. Porém, serão tomadas como base as informações da empresa objeto de estudo.

Devido ao prejuízo ocorrido na empresa estudada em 2015 e 2016, a análise do caso irá adotar para projeção de fluxo de caixa o percentual de inflação projetado por 3 dos maiores bancos do país sendo eles Itaú, Santander e Bradesco. Isso será feito, pois é incerta a possibilidade de projeção com crescimento real, considerando que a empresa já atua com prejuízo nos últimos períodos.

De acordo com o banco Itaú, a projeção para fechamento de inflação de 2016 será de 7,2%, e se manterá entre 4,2 a 4,8% até 2020, conforme demonstrado na Figura 1. A projeção do banco se dá pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é considerado o principal indicador inflacionário no Brasil.

O índice IPCA foi instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e analisa a variação do preço de produtos e serviços essenciais como alimentação, transporte e saúde, para que seja determinada a variação do valor destes bens e assim, seja determinada a inflação do período analisado. E conforme descrito no site do IBGE a respeito da abrangência do índice IPCA: “abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (um) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões”

Figura 1: Cenário de Longo Prazo

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016E	2017E	2018E	2019E	2020E
Economia Mundial											
Crescimento do PIB Mundial	5,4%	4,2%	3,5%	3,3%	3,4%	3,2%	3,1%	3,4%	3,6%	3,6%	3,5%
EUA	2,5%	1,6%	2,2%	1,5%	2,4%	2,7%	1,5%	2,2%	1,9%	1,9%	2,0%
Zona do Euro	2,0%	1,6%	-0,8%	-0,3%	0,9%	1,6%	1,5%	1,3%	1,5%	1,3%	1,0%
Japão	4,7%	-0,4%	1,7%	1,4%	0,0%	0,6%	0,5%	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%
China	10,6%	9,5%	7,9%	7,8%	7,3%	6,9%	6,5%	6,0%	5,8%	5,7%	5,5%
CPI EUA	1,4%	3,0%	1,8%	1,5%	0,7%	0,7%	1,9%	2,1%	2,1%	2,1%	2,1%
Brasil											
Setor Externo e Taxa de Câmbio											
BRL / USD Nominal – final de período	1,66	1,87	2,05	2,36	2,66	3,96	3,25	3,50	3,60	3,60	3,60
BRL / USD – média do ano	1,76	1,68	1,95	2,16	2,35	3,33	3,47	3,39	3,55	3,60	3,60
Balança Comercial – USD Bil.	18	28	17	0	(7)	18	47	42	45	40	40
Exportações – USD Bil.	202	256	243	242	225	191	187	193	207	219	232
Importações – USD Bil.	182	226	223	240	229	171	140	151	162	179	191
Conta Corrente – % PIB	-3,4%	-3,0%	-3,0%	-3,0%	-4,3%	-3,3%	-1,2%	-1,7%	-1,8%	-2,1%	-2,0%
Atividade Econômica											
PIB Nominal – BRL Bil.	3.886	4.374	4.806	5.316	5.687	5.904	6.208	6.602	7.138	7.729	8.294
PIB Nominal – USD Bil.	2.208	2.611	2.459	2.461	2.416	1.773	1.789	1.950	2.008	2.146	2.300
Crescimento real do PIB	7,5%	3,9%	1,9%	3,0%	0,1%	-3,8%	-3,2%	2,0%	4,0%	4,0%	2,9%
Inflação											
IPCA	5,9%	6,5%	5,8%	5,9%	6,4%	10,7%	7,2%	4,8%	4,2%	4,1%	4,2%
INPC	6,5%	6,1%	6,2%	5,6%	6,2%	11,3%	7,7%	4,6%	4,2%	4,1%	4,2%
IGP-M	11,3%	5,1%	7,8%	5,5%	3,7%	10,5%	7,5%	4,2%	4,2%	4,1%	4,2%
IPA-M	13,9%	4,3%	8,6%	5,1%	2,1%	11,2%	7,6%	3,7%	4,2%	4,1%	4,2%
Taxa de Juros											
Selic – final de período	10,75%	11,00%	7,25%	10,00%	11,75%	14,25%	13,50%	10,00%	8,50%	8,25%	8,25%
Selic – média do ano	10,0%	11,7%	8,5%	8,4%	11,0%	13,6%	14,1%	11,3%	8,7%	8,3%	8,3%
Taxa real de juros (SELIC/IPCA) – final de período	3,9%	4,9%	2,5%	2,4%	4,3%	2,6%	6,5%	6,1%	4,3%	4,0%	3,8%
CDI – final de período	10,61%	10,86%	7,11%	9,78%	11,51%	14,14%	13,38%	9,88%	8,38%	8,13%	8,13%
TJLP – % Dez	6,00%	6,00%	5,50%	5,00%	5,00%	7,00%	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%
Finanças Públicas											
Superávit Primário – % do PIB	2,6%	2,9%	2,2%	1,7%	-0,6%	-1,9%	-2,6%	-2,2%	-1,6%	-0,2%	0,5%
Superávit Nominal – % do PIB	-2,4%	-2,5%	-2,3%	-3,0%	-6,0%	-10,3%	-9,8%	-9,3%	-7,9%	-5,9%	-5,3%
Dívida Líquida – % do PIB	38,0%	34,5%	32,3%	30,6%	33,1%	36,0%	47,6%	52,9%	56,5%	57,6%	58,1%
Dívida Bruta – % do PIB	51,8%	51,3%	53,8%	51,7%	57,2%	66,2%	71,6%	76,4%	78,4%	78,2%	78,2%

Fonte: Banco Itaú (2016)

Para o banco Santander, a projeção de fechamento de inflação do ano de 2016 será de 7%, e a projeção para os próximos anos, de 2017 a 2021, é de 5,2 a 4,5%; conforme demonstrado na Figura 2, logo abaixo.

Figura 2: Cenário de Longo Prazo II

	REALIZADO		PROJEÇÕES SANTANDER						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PIB (%)									
Crescimento do PIB	3,0	0,1	-3,8	-3,3	2,0	3,0	3,0	3,0	3,5
Inflação (%)									
IPCA-IBGE	5,9	6,4	10,7	7,0	5,2	4,5	4,5	4,5	4,5
IGP-M	5,5	3,7	10,5	9,3	6,0	5,0	5,0	5,0	5,0
Taxa de Câmbio									
R\$/US\$ - final de período	2,34	2,66	3,90	3,45	3,75	3,84	3,94	4,03	4,13
R\$/US\$ - média	2,16	2,35	3,33	3,50	3,60	3,80	3,89	3,98	4,08
Taxa de Juros (% a.a.)									
SELIC - final de período	10,00	11,75	14,25	13,75	10,00	8,50	8,50	8,50	8,50
Mercado de Trabalho									
Taxa Média de Desemprego (%)	7,2	6,8	8,3	11,3	11,6	9,7	9,0	8,0	7,7
Balança de Pagamentos									
Exportações (US\$ bi)	241,6	224,1	190,1	196,0	208,1	226,8	250,7	276,8	305,7
Importações (US\$ bi)	241,2	230,7	172,4	146,9	158,2	173,2	190,3	209,1	232,6
Saldo Comercial (US\$ bi)	0,4	-6,6	17,7	49,1	49,9	53,6	60,4	67,7	73,1
Conta Corrente (US\$ bi)	-74,8	-104,2	-58,9	-30,5	-35,7	-35,7	-34,5	-33,1	-34,7
Conta Corrente (% PIB)	-3,0	-4,3	-3,3	-1,9	-2,0	-2,0	-1,8	-1,7	-1,7
Contas Fiscais									
Resultado Primário (% PIB)	1,8	-0,6	-1,9	-2,5	-2,3	-1,4	-0,4	0,6	1,5
Dívida Pública Líquida (% PIB)	30,6	33,1	36,0	44,9	49,1	51,3	52,9	53,5	52,8
Dívida Pública Bruta (% PIB)	51,7	57,2	66,2	74,4	79,5	81,7	83,3	84,0	83,2

Fonte: Banco Santander S/A (2016)

Verificando as projeções do banco Bradesco, verifica-se que os valores são próximos aos do banco Itaú. O Bradesco projeta para o fechamento do ano de 2016, 7,17%, e para os próximos anos, de 2017 a 2023, inflação entre 4,89 a 4,5%, conforme demonstrado na figura 3.

Figura 3: Cenário de Longo Prazo III

	Cenário - Longo Prazo														
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*	2017*	2018*	2019*	2020*	2021*	2022*	2023*
Crescimento Real do PIB (%aa.)	-0,1	7,5	3,9	1,9	3,0	0,1	-3,8	-3,4	1,5	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Agropecuária (%)	-3,7	6,7	5,6	-3,1	8,4	2,1	1,8	-2,0	2,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Indústria (%)	-4,7	10,2	4,1	-0,7	2,2	-0,9	-6,2	-3,4	2,5	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Serviços (%)	2,1	5,8	3,4	2,9	2,8	0,4	-2,7	-3,0	1,0	2,5	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
PIB Nominal (R\$ bilhões)	3.333	3.886	4.374	4.806	5.316	5.687	5.904	6.181	6.656	7.246	7.889	8.589	9.351	10.181	11.084
População - milhões	183,6	195,5	197,4	199,2	201,0	202,8	204,5	206,1	207,7	209,2	210,7	212,1	213,4	214,7	216,0
PIB per capita - R\$	17.221	19.877	22.157	24.121	26.446	28.048	28.879	29.993	32.052	34.641	37.450	40.499	43.811	47.407	51.314
Vendas no varejo - Restrita (%)	5,9	10,9	6,7	8,4	4,3	2,2	-4,2	-6,5	1,0	3,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Produção Industrial (%)	-7,1	10,2	0,4	-2,3	2,0	-3,3	-8,3	-6,5	1,9	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Taxa de desemprego (% - média) - PNAD continua	8,6	8,3	7,6	7,3	7,0	6,7	8,4	11,1	12,3	11,9	11,4	10,9	10,4	9,9	9,7
Taxa de Crescimento da Massa Salarial - IBGE (%)					4,5	2,7	0,4	-3,5	1,5	2,7	3,0	3,5	3,5	3,5	3,2
Rendimento médio real - IBGE (%)					3,1	1,2	0,2	-2,0	1,0	1,2	1,5	2,0	2,0	2,0	2,0
IPCA (IBGE) - %aa.	4,31	5,91	6,50	5,84	5,91	6,41	10,67	7,17	4,89	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50
IGP-M (FGV) - %aa.	-1,72	11,32	5,10	7,83	5,52	3,69	10,54	7,81	5,54	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Taxa Selic Meta (%aa.)	8,75	10,75	11,00	7,25	10,00	11,75	14,25	13,25	10,25	9,25	9,25	8,75	8,75	8,75	8,75
CDI (%aa.) - Taxa dezembro	8,61	10,64	10,87	6,94	9,78	11,51	14,14	13,13	10,13	9,13	9,13	8,63	8,63	8,63	8,63
Taxa Selic nominal (acumulado 12 meses) %	9,92	9,78	11,62	8,48	8,21	10,91	13,29	13,95	11,08	9,43	9,19	8,70	8,61	8,61	8,61
Taxa Selic real / IPCA (acumulado 12 meses) %	5,4	3,7	4,8	2,5	2,2	4,2	2,4	6,3	5,9	4,7	4,5	4,0	3,9	3,9	3,9
Taxa Selic real / IGP-M (acumulado 12 meses) %	11,8	1,4	6,2	0,6	2,6	7,0	2,5	5,7	5,2	4,2	4,0	3,5	3,4	3,4	3,4
TJLP (%aa.) - acumulado no ano	6,1	6,0	6,0	5,7	5,0	5,0	5,0	6,2	7,5	7,5	7,1	6,6	6,5	6,5	6,5

Fonte: Banco do Bradesco (2016)

Analisando as projeções dos três bancos citados, teremos uma média de inflação que será adotada para a projeção de fluxo de caixa da unidade geradora de caixa estudada. A fim de mantermos a relevância de cada variação apresentada, a aplicação da projeção será a partir de

uma média aritmética dos percentuais apresentados por cada banco em cada período, obtendo-se assim os valores apresentados na tabela 1.

Tabela 1: Análise da Inflação

Inflação / Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Itaú	7,21%	4,82%	4,20%	4,11%	4,24%			
Santander	7,00%	5,20%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%		
Bradesco	7,17%	4,89%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Média	7,13%	4,97%	4,40%	4,37%	4,41%	4,50%	4,50%	4,50%

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

A partir da análise apresentada, é possível observar que as projeções variam pouco, e que o único banco que realiza projeções públicas de inflação para um maior período é o Bradesco. Pela baixa oscilação das projeções para os próximos anos, o estudo para projeção de fluxo de caixa da empresa estudada, levará em conta o mesmo valor dos últimos 3 anos de projeção, para que seja possível uma análise de até 10 anos futuros, e assim, obter valores mais próximos da realidade prática.

Para que seja possível esclarecer a situação da empresa, foi realizada uma análise do demonstrativo de resultado considerando o período de 4 anos, sendo de 2013 a 2016, conforme demonstra a tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Análise temporal de resultado

Análise Temporal de Resultado - Empresa Pesquisada	2013	2014	2015	2016
Vendas de produtos	431.868,00	473.246,00	457.919,00	583.511,00
Custos dos produtos vendidos	(338.162,00)	(358.188,00)	(357.337,00)	(459.698,00)
Lucro bruto	93.706,00	115.058,00	100.582,00	123.813,00
Despesas de vendas	(31.118,00)	(35.064,00)	(37.513,00)	(37.935,00)
Despesas administrativas e gerais	(28.537,00)	(23.364,00)	(20.800,00)	(19.803,00)
Participação nos lucros de controladas	2.130,00	4.907,00	(149,00)	8.148,00
Outras despesas operacionais, líquidas	(11.798,00)	(425,00)	(2.956,00)	(1.399,00)
Lucro operacional	24.383,00	61.112,00	39.164,00	72.824,00
Receitas financeiras	19.259,00	31.422,00	39.772,00	38.679,00
Despesas financeiras	(72.980,00)	(94.531,00)	(69.430,00)	(78.047,00)
Variação cambial líquida	(14.220,00)	(15.479,00)	(99.347,00)	(37.604,00)
Despesas financeiras e cambiais, líquidas	(67.941,00)	(78.588,00)	(129.005,00)	(76.972,00)
Participação nos lucros de coligadas	1.740,00	2.021,00	123,00	887,00
Provisão para perdas em investimentos	(2.193,00)	(3.896,00)	(1.068,00)	0
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(44.011,00)	(19.351,00)	(90.786,00)	(3.261,00)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.692,00	5.590,00	32.163,00	2.218,00
Prejuízo do exercício	(31.319,00)	(13.761,00)	(58.623,00)	(1.043,00)

Fonte:*

* A empresa objeto dessa demonstração não autorizou a divulgação de seu nome (2016)

A empresa apresentou, de 2013 até 2016, prejuízo recorrente, o que é um forte indicador para a realização do teste de recuperabilidade, visto que o princípio básico de um ativo é rentabilizar. Portanto, considerando que a unidade geradora de caixa é a empresa como um todo, adotaremos o seguinte modelo de estrutura para determinação do fluxo de caixa dos ativos:

Figura 4: Análise do Fluxo de Caixa

Análise Fluxo de Caixa - UGC
Receita Bruta
(-) Despesas (exceto depreciação e juros)
(=) Lucro Antes da Depreciação, Juros e Imposto de Renda
(-) Depreciação da UGC
(=) Lucro Antes do Juros e Imposto de Renda - LAJIR
(-) IR - 34%
(=) Lucro Líquido Operacional depois do Imposto de Renda
(+) Depreciação da UGC
(=) Entradas / Operacionais

Fonte: Gitman (2003, p. 156)

Para o estudo do caso, será adotada uma situação com uma pequena evolução quanto a projeção de receita, considerando somente um crescimento inflacionário somado de um crescimento real de 1%; já para os custos e despesas, será adotada a inflação projetada, prevendo que a empresa não irá reduzir efetivamente seus custos, absorvendo assim o aumento inflacionário de seus custos totais. Com os percentuais pré-estabelecidos, a projeção de resultado se dá conforme as tabelas 3 e 4 apresentadas abaixo:

Tabela 3: Análise temporal de resultado II

Análise Temporal de Resultado - Empresa Pesquisada	Projeção 2017	Projeção 2018	Projeção 2019	Projeção 2020	Projeção 2021
Vendas de produtos	618.354,91	651.744,72	686.746,84	723.922,04	763.741,46
Custos dos produtos vendidos	(482.551,53)	(503.782,74)	(525.800,70)	(549.005,50)	(573.713,57)
Lucro bruto	135.803,38	147.961,98	160.946,14	174.916,54	190.027,90
Despesas de vendas	(39.820,91)	(41.572,94)	(43.389,90)	(45.304,80)	(47.343,74)
Despesas administrativas e gerais	(20.787,49)	(21.702,09)	(22.650,59)	(23.650,21)	(24.714,59)
Participação nos lucros de controladas	8.634,55	9.100,80	9.589,56	10.108,66	10.664,69
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.468,55)	(1.533,16)	(1.600,17)	(1.670,79)	(1.745,98)
Lucro operacional	82.360,98	92.254,58	102.895,04	114.399,40	126.888,27
Receitas financeiras	40.601,91	42.388,31	44.240,91	46.193,38	48.272,33
Despesas financeiras	(81.927,05)	(85.531,66)	(89.269,84)	(93.209,53)	(97.404,43)
Variação cambial líquida	(39.473,45)	(41.210,20)	(43.011,30)	(44.909,49)	(46.930,65)
Despesas financeiras e cambiais, líquidas	(80.798,59)	(84.353,54)	(88.040,23)	(91.925,64)	(96.062,75)
Participação nos lucros de coligadas	939,97	990,72	1.043,93	1.100,44	1.160,97
Provisão para perdas em investimentos	0	0	0	0	0
Prejuízo operacional antes do IR e da CSLL	2.502,35	8.891,75	15.898,74	23.574,20	31.986,49
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	0
Prejuízo do exercício	2.502,35	8.891,75	15.898,74	23.574,20	31.986,49

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Tabela 4: Análise temporal de resultado III

Análise Temporal de Resultado - Empresa Pesquisada	Projeção 2022	Projeção 2023	Projeção 2024	Projeção 2025	Projeção 2026
Vendas de produtos	805.755,08	850.079,88	896.843,00	946.178,57	998.228,10
Custos dos produtos vendidos	(599.536,56)	(626.521,86)	(654.721,78)	(684.190,98)	(714.986,59)
Lucro bruto	206.218,52	223.558,02	242.121,22	261.987,59	283.241,51
Despesas de vendas	(49.474,70)	(51.701,57)	(54.028,67)	(56.460,51)	(59.001,81)
Despesas administrativas e gerais	(25.827,01)	(26.989,49)	(28.204,29)	(29.473,77)	(30.800,39)
Participação nos lucros de controladas	11.251,36	11.870,30	12.523,29	13.212,20	13.939,00
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.824,57)	(1.906,70)	(1.992,52)	(2.082,20)	(2.175,92)
Lucro operacional	140.343,61	154.830,57	170.419,04	187.183,31	205.202,39
Receitas financeiras	50.445,09	52.715,64	55.088,40	57.567,95	60.159,11
Despesas financeiras	(101.788,63)	(106.370,16)	(111.157,91)	(116.161,16)	(121.389,60)
Variação cambial líquida	(49.043,01)	(51.250,45)	(53.557,24)	(55.967,87)	(58.487,00)
Despesas financeiras e cambiais, líquidas	(100.386,55)	(104.904,97)	(109.626,76)	(114.561,08)	(119.717,49)
Participação nos lucros de coligadas	1.224,84	1.292,21	1.363,30	1.438,29	1.517,41
Provisão para perdas em investimentos	0	0	0	0	0
Prejuízo operacional antes do IR e da CSLL	41.181,89	51.217,82	62.155,58	74.060,52	87.002,31
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	0
Prejuízo do exercício	41.181,89	51.217,82	62.155,58	74.060,52	87.002,31

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

A empresa pesquisada apresenta o detalhamento de suas notas explicativas no grupo de 'Despesas Administrativas Gerais', no detalhamento consta a depreciação de 31.970/ano de seu imobilizado, portanto, este será o valor considerado como depreciação da UGC estudada.

Para o início da análise, será necessário verificar os valores de imobilizado que constam no Balanço Patrimonial (BP) da empresa estudada, e então, compará-lo com os valores obtidos no método de valor em uso. Os valores do BP da empresa estudada constam, em 2016, conforme abaixo:

Figura 5: Balanço Patrimonial

ATIVO	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	19.747	Fornecedores	17.250
Fundo de investimento	25.971	Empréstimos e financiamentos	411.071
Instrumentos financeiros ferivativos	2.589	Impostos e contribuições a recolher	779
Clientes e outras contas a receber	71.453	Tributos parcelados	8
Contas a receber - Cooperativa	24.792	Obrigações com a cooperativa	1.407
Estoques	59.274	Salários e contribuições sociais	12.534
Adiantamentos a fornecedores	61.119	Outras contas a pagar	249
Impostos a recuperar	56.523		443.298
Despesas do exercicio seguinte	866	Não Circulante	
	322.334	Emprestimos e financiamentos	510.958
		Partes reaçacionadas	404
Não Circulante		Tributos parcelados	99
Realizável a longo prazo		Obrigações com a cooperativa	29.512
Clientes e outras contas a receber	245	Provisão para contingências	13.872
Ativo financeiro disponível para venda	3.694	Provisão para perdas em investimentos	15.015
Partes relacionadas	44		569.860
Despesas do exercicio Seguinte	2.115	Total do passivo	1.013.158
Adiantamentos a fornecedores	11.608	Patrimônio Líquido	
Impostos a recuperar	37.060	Capital Social	532.038
Imposto de renda e contribuição social diferido:	160.802	Ajustes de avaliação patrimonial	30.566
	215.568	Prejuízos acumulados	(406.127)
Investimentos	21.576	Total do patrimônio líquido	156.477
Outros investimentos	41		
Imobilizado	601.530	Total do Passivo e patrimônio líquido	1.169.635
Intangível	8.586		
	847.301		
Total do ativo	1.169.635		

Fonte:*

Com a realização da projeção, pode-se dizer que, a partir da estrutura estabelecida para determinação de fluxo de caixa dos ativos, e, utilizando o valor de depreciação de 2016 de forma linear, é possível obter o valor de incremento de caixa da unidade, conforme projetado pela tabela 5 abaixo:

* A empresa objeto desse balanço patrimonial não autorizou a divulgação de seu nome (2016)

Tabela 5: Projeção incremento caixa

Projeção Incremento Caixa	Projeção 2017	Projeção 2018	Projeção 2019	Projeção 2020	Projeção 2021
Receita Bruta	618.355	651.745	686.747	723.922	763.741
(-) Despesas (exceto depreciação e juros)	(544.628)	(568.591)	(593.441)	(619.631)	(647.518)
(=) Lucro Antes da Depreciação, Juros e Imposto de Renda	73.726	83.154	93.305	104.291	116.224
(-) Depreciação da UGC	(31.970)	(31.970)	(31.970)	(31.970)	(31.970)
(=) Lucro Antes do Juros e Imposto de Renda - LAJIR	41.756	51.184	61.335	72.321	84.254
(-) IR - 34%	(14.197)	(17.402)	(20.854)	(24.589)	(28.646)
(=) Lucro Líquido Operacional depois do Imposto de Renda	27.559	33.781	40.481	47.732	55.607
(+) Depreciação da UGC	31.970	31.970	31.970	31.970	31.970
(=) Entradas Operacionais	59.529	65.751	72.451	79.702	87.577

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Tabela 6: Projeção incremento caixa II

Projeção Incremento Caixa	Projeção 2017	Projeção 2018	Projeção 2019	Projeção 2020	Projeção 2021
Receita Bruta	618.355	651.745	686.747	723.922	763.741
(-) Despesas (exceto depreciação e juros)	(544.628)	(568.591)	(593.441)	(619.631)	(647.518)
(=) Lucro Antes da Depreciação, Juros e Imposto de Renda	73.726	83.154	93.305	104.291	116.224
(-) Depreciação da UGC	(31.970)	(31.970)	(31.970)	(31.970)	(31.970)
(=) Lucro Antes do Juros e Imposto de Renda - LAJIR	41.756	51.184	61.335	72.321	84.254
(-) IR - 34%	(14.197)	(17.402)	(20.854)	(24.589)	(28.646)
(=) Lucro Líquido Operacional depois do Imposto de Renda	27.559	33.781	40.481	47.732	55.607
(+) Depreciação da UGC	31.970	31.970	31.970	31.970	31.970
(=) Entradas Operacionais	59.529	65.751	72.451	79.702	87.577

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Utilizando as entradas operacionais obtidas, é possível realizar o cálculo do teste de recuperabilidade pelo método do valor em uso, descontando as entradas operacionais pela taxa de juros interno da organização. Para que possa ser aplicada a técnica, é necessário obter os valores de custo médio ponderado de capital, que será a taxa de desconto por período operacional.

De acordo com as notas explicativas da empresa estudada, seus investimentos são realizados em certificados de depósito bancário ou operações compromissadas com garantia de recompra pelos bancos, cujo rendimento médio por aplicação é de 98,87% da taxa referencial do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que resulta em cerca de 13,97% a.a., sendo este o custo de capital próprio da empresa.

A média da taxa referencial do CDI de 2016, conforme apresenta o site oficial da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – (CETIP), é de 14,13%. Portanto, conforme o rendimento apresentado pela nota explicativa da empresa estudada, pode-se afirmar que suas aplicações possuem rendimento médio de 13,97% a.a., sendo este o custo de capital próprio da empresa.

O grupo da empresa estudada apresenta o valor ponderado de investimentos devido a questões de segurança de informação, portanto, para a realização do teste, será adotado o mesmo valor apresentado nas notas explicativas a fim de manter a confiabilidade das informações. A mesma regra se aplica para financiamentos, são apresentadas nas notas a média ponderada dos juros pagos, tal qual é de 7,21% a.a.

A partir destes dois dados, pode-se utilizar a fórmula de cálculo do CMPC para obter a taxa de desconto que será utilizada no *Impairment Test* e assim, estabelecendo o valor justo do ativo. Portanto, para o caso estudado, o CMPC resultaria conforme apresentado abaixo:

$$CMPC = \left\{ 13,97\% \frac{532.038}{1.454.067} \right\} + \left\{ 7,21\% \frac{922.029}{1.454.067} \right\} = 9,68\%$$

Sendo:

- 13,97% - Custo do Capital Próprio – Segundo notas explicativas
- 7,21% - Custo de Capital de Terceiros – Segundo Notas Explicativas
- Conforme referenciado na Figura 5 – Balanço Patrimonial
 - 532.038 – Capital Social
 - 1.454.067 – Capital Social + Empréstimos e Financiamentos
 - 922.029 – Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo

Estabelecido o custo médio ponderado de capital, pode-se dizer que, a partir da projeção de entradas operacionais, serão descontados os fluxos de caixa pela taxa de custo obtida, e assim, apurar o valor do ativo segundo o método de valor em uso, pelo cálculo abaixo:

$$FC \text{ Descontado} = \frac{\text{Fluxo de Caixa}}{(1 + Tx)^n}$$

Utilizando a fórmula apresentada, o resultado dos fluxos de caixa futuros, descontados a taxa de CMPC fica conforme apresentado na tabela 6 abaixo:

Tabela 7: Projeção de Fluxo de Caixa Descontado

Período	Fluxo de Caixa Projetado	Taxa de Desconto	Fluxo de Caixa Descontado
Ano 2017	59.529	9,68%	54.274
Ano 2018	65.751	9,68%	54.654
Ano 2019	72.451	9,68%	54.906
Ano 2020	79.702	9,68%	55.068
Ano 2021	87.577	9,68%	55.168
Ano 2022	96.071	9,68%	55.175
Ano 2023	105.224	9,68%	55.097
Ano 2024	115.081	9,68%	54.938
Ano 2025	125.691	9,68%	54.706
Ano 2026	137.104	9,68%	54.405
Σ Fluxos			548.391

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Como pode ser observado no cálculo, a soma dos fluxos de caixa descontados da Unidade Geradora de Caixa é inferior ao valor registrado no balanço de 2016. Assim sendo, a diferença entre o valor apresentado no Balanço Patrimonial e o valor obtido por meio do método de valor em uso do teste de recuperabilidade, deverá ser registrado como perda por desvalorização, ou mesmo perda por *Impairment*, conforme o demonstrativo abaixo:

Tabela 8: Demonstrativo de Perda por *Impairment*

Demonstrativo do Valor da Perda	
Valor do Ativo Imobilizado - Figura 5	601.530
(-) Valor apurado na Projeção - Tabela 7	548.391
(=) Valor Apurado - <i>Impairment</i>	53.139

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Como sugere o CPC 01 (R1), a contabilização da perda por teste de recuperabilidade, deve ser feito como se segue:

D – Perda por Desvalorização de Ativos (Conta de Resultado)

C – Perdas por Desvalorização (Conta Redutora do Ativo).....53.139

A empresa estudada segue os procedimentos e as normas técnicas do CPC 01 para a contabilização da perda por teste de recuperabilidade, sendo este registro realizado, respectivamente, nas contas específicas de resultado, a fim de transparecer em suas demonstrações financeiras os reais valores de seus ativos, levando em consideração todos os fatores, sejam eles externos ou internos, para apuração e ajuste de seus registros.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

Analisando os resultados obtidos com a aplicação do teste de recuperabilidade na empresa estudada, observamos que as informações geradas possuem potencial de promover grandes benefícios em caráter gerencial e contábil, dada a importância do correto registro dos valores dos ativos em uma empresa, possibilitando assim, o aumento na precisão de uma possível decisão futura.

Com base na análise do fluxo de caixa e dos cálculos realizados sobre o ativo, podemos observar que no caso da empresa estudada, o *Impairment Test* proporcionou uma melhora na visão gerencial dos valores obtidos. Com o resultado do teste de recuperabilidade, analisamos que o valor do ativo registrado contabilmente não apresenta o valor real comparado a sua capacidade de geração de fluxo de caixa nos próximos dez anos, portanto, o registro contábil não se refere ao valor justo da unidade geradora de caixa analisada.

Há de se considerar que, caso haja uma suspeita ou indício que demande a aplicação do teste, e que, após a análise das informações obtidas a partir da técnica, se obtenha um resultado de fluxo de caixa futuro superior ao valor contábil, não haverá reconhecimento de perda por *Impairment*. Porém, mesmo que o resultado obtido seja superior ao valor contábil, esta informação pode ser considerada relevante para a gestão dos ativos da empresa, visto que uma possível liquidação poderá ser feita com ganho de capital já esperado, devido à análise resultante da aplicação do teste.

Com base nas informações obtidas pela empresa estudada, o ativo imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade todo exercício, juntamente com o fechamento de balanço, de acordo com o CPC 01. Seus custos de manutenção possuem controle interno específico administrado pelo departamento de planejamento e controle de manutenção, já que a maioria do ativo imobilizado da empresa também é de extrema especificidade.

Com o exposto, pode-se afirmar que, independente da empresa demonstrar fatores que indiquem a desvalorização do ativo, é de suma importância realizar de forma correta a gestão de seus bens e aplicar o teste de recuperabilidade, seja em uma unidade geradora de caixa ou individualmente em cada um dos ativos imobilizados, a fim de obter conhecimento do valor justo dos seus bens e melhorar a gestão do patrimonial da organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No referido trabalho de conclusão de curso, pode-se observar a comunhão existente entre a Contabilidade e os variados assuntos e disciplinas, além de exemplificar e demonstrar a complexidade que a matéria exposta possa envolver. Com as informações apresentadas, o profissional contábil poderá enxergar de forma mais ampla como os conceitos teóricos podem ser aplicados à elaboração do Teste de Recuperabilidade.

As análises da aplicação e os resultados do *Impairment Test*, tem o potencial de gerar conhecimentos relativos à administração financeira do fluxo de caixa, como os resultados refletem nos ativos que compõem uma Unidade Geradora de Caixa, e qual o reflexo nas contas patrimoniais que envolvem os ativos analisado, seguindo a norma do CPC 01 e seus procedimentos técnicos, além de auxiliar na estruturação e suporte aos cientistas da contabilidade com relação ao tema, sendo este um assunto pouco discutido no ramo contábil, trazido pela convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais do IFRS.

As pesquisas referentes à aplicação do CPC 01, CPC 27, legislação fiscal e societária, normas internacionais de contabilidade e o trabalho do profissional contábil, podem acrescentar uma gama de novos conhecimentos, além de influenciar diretamente o controle dos ativos, sua escrituração, suas respectivas perdas por uso e como os fatores analisados e os resultados obtidos pelo teste de recuperabilidade podem influenciar na tomada de decisão.

Por fim, nota-se a importância da elaboração e aplicação do Teste de Recuperabilidade dos ativos para o ramo contábil e empresarial, pois, conforme demonstrado no estudo, quando corretamente realizado, pode ser uma ferramenta útil para a tomada de decisão dentro das empresas. Trata-se ainda de assunto recorrente e atual, exigido pela legislação contábil brasileira, Lei 11.638/07, mas que infelizmente ainda é pouco adotado, muitas vezes por inabilidade ou desconhecimento da prática pelos profissionais da área.

Sendo assim, o presente trabalho, além buscar esclarecer sobre as conversões ao IFRS no que tange o teste de recuperabilidade, buscou também colaborar com a classe contábil, descrevendo métodos, citando a legislação vigente, e referenciando as técnicas com as possibilidades de aplicação do teste.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriana Maria Procópio; LIMA, Fabiano Guasti; ASSAF NETO, Alexandre (2006). **Metodologia de Cálculo do Custo de Capital no Brasil. Congresso USP Controladoria e Contabilidade**, 6. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos62006/235.pdf>>. Acesso em 18 Jul. 2016.

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BANCO BRADESCO. Disponível em: <<http://www.economiaemdia.com.br/vgn-ext-templating/v/index.jsp?vnextoid=065098037f782310VgnVCM100000882810acRCRD>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

BANCO SANTANDER SA. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/br/o-santander/analise-economica/destaques-semanais-e-projecoes-macroeconomicas>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

BRAGA, H. R. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.

CARVALHO, Fernanda Abreu; PONTE, Vera Maria Rodrigues; COELHO, Antonio Carlos Dias; LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Impacto de alterações nas práticas contábeis nos indicadores financeiros das empresas brasileiras**. 2011. Disponível em <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos112011/307.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Morais da; **Contabilidade Internacional: aplicação IFRS**, 2005. São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei. **Contabilidade Internacional para Graduação: textos, estudos de casos e questões de múltipla escolha**. São Paulo: Atlas, 2010.

CETIP - CENTRAL DE CUSTÓDIA E DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA DE TÍTULOS. **‘SERIE HISTÓRICA DO DI’**. Disponível em: <http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/web_v05_template_informacoes_di.asp?str_Modulo=completo&int_Idioma=1&int_Titulo=6&int_NivelBD=2>. Acesso em 03 de nov. 2016

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 01: Redução ao valor recuperável de ativos**. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2008.pdf>. Acesso em 11 jul. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, **NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em <www.cpc.org.br>. Acesso em: 28 jul. 2016.

COSENZA, J. P. As práticas contábeis na pré-história e no antigo Oriente. **Revista CRCRS**, Rio Grande do Sul, nº 110, p. 7-15, nov. 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DAMODARAN, A. **Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

FERRAREZI, Maria Amélia Duarte Oliveira; SMITH, Marinês Santana Justo. **Impairment – Conceitos iniciais e seu impacto pelo valor de mercado: estudo de caso de uma “Sociedade Ltda” da cidade de Franca**. 2008. Disponível em <unifacef.com.br>. Acesso em 29 jul. 2016.

FINANCIAL Accounting Standards Board (FASB). *Statements of Financial Accounting Standards (SFAS) n. 107. Disclosures about fair value of financial instruments*. Connecticut: FASB, 1991.

FINANCIAL Accounting Standards Board (FASB). *Statements of Financial Accounting Standards (SFAS) n. 144. Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets*. – Publicado em Agosto de 2001.

FRANCO JUNIOR, A.M. **Contabilidade Geral I: Teoria para os Cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas**. Publicado em 2010. Disponível em: <<http://www.cotemar.com.br/biblioteca/administracao/contabilidade.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M. F., **Teoria da Contabilidade**. Trad. Antônio ZorattoSanvicente, São Paulo: Atlas, 1999. (Tradução de Accountingtheory, 5th ed., 1992).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores.php>>. Acesso 1º maio 2016.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 7a ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.

ITAÚ UNIBANCO SA. Disponível em: <<https://www.italy.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/projecoes>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

JUNIOR, José Hernandez Perez. **Conversão de Demonstrações Contábeis**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 10 mai. 2016.

LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 10 mai. 2016.

MACHADO, Julio Henrique. **Influência do teste de recuperabilidade do custo na análise de demonstrações financeiras.** Disponível em <www.dcc.uem.br/enfoque/new/enfoque/data/1271780289.doc>. Acesso em: 28 jul. 2016.

MAGALHÃES, Fernando Alberto Schwartz de; SANTOS, Roberto Cesar; COSTA, Fábio Moraes da. **IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos.** In: RENEST & YOUNG; FIPECAFI. Manual de normas internacionais de contabilidade.2. Ed.São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 3ª.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Contabilidade Básica** – 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009

_____. **Análise das Demonstrações Contábeis.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012

MARQUES, DR Wagner Luiz; **Contabilidade Geral I** – sociedades anônimas, 2010.

MARTINS, Eliseu. Reavaliação, correção especial e provisão para imposto de renda. **Temática contábil e balanços** – IOB, São Paulo, nº14, p.106-110, 1992

MATARAZZO, são Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELIS, Federigo. **Storia dela ragioneria.** Bologna: Zuffi, 1950. – Laziendanelmedloevo. Firenze: Instituto Internazionale diStoriaEconômica.

PADOVEZE, Clóvis Luís **Manual de Contabilidade Básica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2004

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de contabilidade internacional IFRS - US Gaap - BR Gaap:** teoria e prática. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

POHLMANN, Marcelo Coletto. **Harmonização Contábil no Mercosul: A Profissão e o Processo de Emissão de Normas Uma Contribuição.** Caderno de Estudos nº 12, São Paulo, FIPECAF, Setembro/1995.

PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 01 (R1) Disponível em: <static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2008.pdf> – Acesso em: 19 Jun. 2016

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. **Administração financeira.** São Paulo: Atlas, 1995.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil.** Porto Alegre: Bookman, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. (1979), **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro, Ed. Nacional/Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

SILVA, Paula D.A; CARVALHO, Fernanda M.; DIAS, LIDIANE N.S.; MARQUES, Jose Augusto V.C. **Impairment de Ativos de Longa Duração**: Comparação entre SFAS 144 e o IAS 36. Congresso EAC. USP. 2006.

SOUZA, Ricardo Garcia; **Normas Internacionais de Contabilidade: Percepções dos Profissionais Quanto às Barreiras para sua Adoção no Brasil**. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2009.

SUMÁRIO DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 01. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/28_CPC01R1_Sumario.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016.

TAVARES, M. F. N. *et al.* **Um estudo sobre o nível de conformidade dos setores classificados pela Bovespa com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. In: IV Congresso ANPCONT, 4., 2010, Natal. Anais...Natal: ANPCONT, 2010.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

ANEXO

Anexo I – Questionário aplicado

1. Com relação à aplicação do teste de recuperabilidade, qual a política adotada pelo grupo com relação aos seus ativos?

Resp.: Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação, são revisados para a verificação de *Impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *Impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *Impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *Impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *Impairment* na data de apresentação do balanço.

2. Quais são as normas técnicas contábeis que o grupo adota para seus ativos?

Resp.:

- CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro
- CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 02 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
- CPC 04 Ativo Intangível
- CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas
- CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil
- CPC 12 Ajuste a Valor Presente
- CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (Fase I) - Transformado em OCPC 03
- CPC 16 Estoques
- CPC 18 Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto
- CPC 20 Custos de Empréstimos
- CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 27 Ativo Imobilizado
- CPC 28 Propriedade para Investimento
- CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola

CPC 32 Tributos sobre o Lucro

CPC 45 Divulgação de Participações em outras Entidades

CPC 46 Mensuração do Valor Justo

3. Quais são seus principais produtos e processos da cadeia produtiva?

Resp.: Açúcar, Etanol, Energia Elétrica e Derivados de Levedura.

Transformar a cana-de-açúcar em alimentos e energia limpa, com respeito ao meio ambiente e às comunidades onde atua. É assim que a empresa estudada vem construindo sua história, produzindo e gerando empregos, conhecimento, oportunidades e bem-estar.

A empresa estudada desenvolve soluções naturais a partir de processos biotecnológicos, sua unidade de negócios especializada na produção de ingredientes para alimentação humana e nutrição animal.

4. Existe material excedente do processo produtivo? Se sim, como ele é reaproveitado?

Resp.: Bagaço e palha de cana utilizado na cogeração de energia elétrica. Ao optar pela diversificação do portfólio, a empresa estudada adotou uma estratégia baseada na utilização completa da cana-de-açúcar, aproveitando, inclusive, os resíduos gerados na lavoura (palha) e na indústria (bagaço) para a produção de energia. Com isso, a Empresa tornou-se ainda mais comprometida com a sustentabilidade do negócio.

A utilização de palha de cana-de-açúcar como combustível vem crescendo ano após ano, passando de 5% na safra 2014/15 para 9% na safra 2015/16. A meta para as safras 2016/17 e 2017/18 é que a contribuição da palha de cana-de-açúcar seja respectivamente na ordem de 11% e 14%.

A Empresa investe na melhoria do processo de recolhimento de palha a granel nas operações agrícolas para aumentar a participação do subproduto na cogeração, de forma a reduzir o custo operacional e o consumo de combustível no processo.

5. Quais são os critérios que a empresa adota para aplicar o teste de recuperabilidade em uma determinada Unidade Geradora de Caixa?

Resp.: Devido a interdependência dos processos de produção de açúcar com processo de geração de Etanol, Energia Elétrica e derivados de levedura, sendo cada Usina uma Unidade Geradora de Caixa, e o teste aplicado somente para as unidades com evidências internas e ou materialidade dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou seja, semente na unidade

estudada é realizado o teste, pois esta unidade foi adquirida na década de 80 e desde então o grupo fez diversos investimentos, e nesta unidade que está concentrado a Unidade de negócio de processos biotecnológicos.

6. Após a aplicação do teste de recuperabilidade, e analisando seus dados, como a empresa se certifica de que tem valores a recuperar?

Resp.: Após a realização dos cálculos com base na projeção de caixa futuro é demonstrado que a empresa se recupera com uma boa margem de segurança.

7. Como é formado o ativo imobilizado da empresa? Sua depreciação é aplicada sob qual método?

Resp.: O Ativo Imobilizado nas Usinas estão concentrados no parque fabril, e a depreciação é com base na vida útil econômica esperada para cada equipamento, revisada completamente a cada três anos pelos engenheiros mecânicos internos, e anualmente a auditoria testa a base.

8. Em determinado período, quantas vezes o imobilizado da empresa é submetido ao teste de recuperabilidade? Qual norma técnica a empresa aplica?

Resp.: O teste é uma rotina anual de fechamento de balanço, e está de acordo com CPC 01.

9. Como são alocados seus custos de manutenção e de prevenção dos ativos?

Resp.: Os custos de manutenção possuem controle interno específico administrado pelo departamento de planejamento e controle de manutenção, que abrem as ordens de manutenção, e nelas são consumidas peças do estoque de manutenção.

Obs.: Além do questionário formal, a referidas questões também foram respondidas verbalmente por meio de videoconferência.